

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

## MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

A razão de existir da Sabesp é a preocupação com as pessoas e o meio ambiente. Sem água e sem esgoto tratado não há saúde. Somos reconhecidamente uma empresa de excelência, com uma trajetória de sucesso, de crescimento e de enfrentamento de grandes crises. Em 2022, investimos R\$ 5,4 bilhões, mantendo o patamar histórico de cerca de 30% de todo aporte realizado em água e esgoto entre empresas públicas e privadas brasileiras. Nesta gestão que se inicia, teremos como prioridade: clientes; gestão regulatória; eficiência; inovação; meio ambiente; e novos negócios.

Levar irregularidade a todos os nossos 375 municípios, incluindo as pessoas que moram em áreas de comunidades e até irregulares, é o grande desafio. Precisamos de uma empresa ainda mais eficiente, moderna e inovadora e, principalmente, mais próxima das pessoas.

Já o fizemos no grande destaque de 2022: o Novo Rio Pinheiros. Iniciativa emblemática de transformação socioambiental, que inovou na gestão de contratos por resultado e soluções de engenharia, para avançar em núcleos urbanos informais, de intervenção complexa e elevada vulnerabilidade.

Experiências muito bem-sucedidas como essas devem nortear a concepção de novos empreendimentos e a aceleração de metas de universalização, a exemplo dos desafios que teremos no projeto de limpeza do Rio Tietê. Em um momento em que o setor vivencia profundas transformações, todo nosso potencial deve ser aproveitado como alavanca de valor para o crescimento e ganho de eficiência. A estrutura mais integrada abre oportunidades para aperfeiçoamento do planejamento estratégico, priorização de investimento e uniformização das melhores práticas e processos na Companhia, como o projeto do Centro de Serviços Centralizados (CSC).

A inovação e as ações e indicadores ambientais, sociais e de governança corporativa (das siglas ESG, em inglês) serão iniciativas transversais de atuação, bem como o uso da grande quantidade de dados que a empresa possui de forma mais inteligente.

Nesse cenário cada vez mais competitivo, a evolução do negócio, no conceito da economia circular para reaproveitamento de insumos de nossas atividades, são oportunidades conjuntas que devem ser perseguidas permanentemente. A gestão compartilhada de resíduos sólidos e a exploração do potencial energético do parque operacional compõem o leque de alternativas a serem consideradas.

Mais que crescer de forma sólida, inovadora e sustentável, a expansão em tais frentes reforça nossa contribuição ao combate às mudanças climáticas cada vez mais acentuadas.

No âmbito regulatório, as tempestivas adaptações às exigências colocadas pelo Novo Marco do Saneamento Básico (Lei Federal 14.026/2020) permitiram avançar com confiança no cumprimento das metas contratuais e aceleração da universalização. Estamos agora reforçando a estrutura regulatória da empresa para que possamos atender as demandas do poder concedente e da agência reguladora.

Com uma gestão orientada pela transparência e clareza na comunicação junto aos nossos stakeholders, é preciso fazer mais e melhor com os recursos disponíveis. Temos que ter cada vez mais a consciência e a responsabilidade da função social de nossas atividades em benefício das pessoas e do meio ambiente.

Temos um dever com a sociedade e, juntos, entregaremos mais qualidade de vida e dignidade para toda a população.

André Salcedo, Diretor-presidente

## SABESP EM NÚMEROS

375 MUNICÍPIOS atendidos diretamente com água e esgoto  
28,0 MILHÕES DE CLIENTES abastecidos com água  
10,1 MILHÕES de LIGAÇÕES DE ÁGUA  
8,6 MILHÕES de LIGAÇÕES DE ESGOTO  
PRODUTIVIDADE OPERACIONAL de 1.522 ligações por empregado  
REDUÇÃO DE PERDAS de água de 3 LITROS POR LIGAÇÃO POR DIA  
5 USINAS DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, totalizando 6 MW de geração  
30% do INVESTIMENTO em SANEAMENTO NO PAÍS (SNIS 2021)  
R\$ 3,1 BILHÕES de LUCRO  
R\$ 22,1 BILHÕES de RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA  
EBITDA de R\$ 7,1 BILHÕES  
R\$ 57,2 BILHÕES em ATIVOS  
R\$ 39,1 BILHÕES em VALOR DE MERCADO  
20 ANOS de listagem no NOVO MERCADO da B3 e na NYSE  
22ª PREMIAÇÃO no TROFÉU TRANSPARÊNCIA da ANEFAC

## CONTEXTO MACROECONÔMICO E SETORIAL

O ano de 2022 foi marcado pelo controle da pandemia da Covid-19 no Brasil e pela retomada gradual da economia com o comércio, indústria e setor público normalizando as suas atividades, demandando mais serviços da Companhia.

Em decorrência disso, as receitas de serviços de saneamento apresentaram crescimento, com o perfil de consumo, dado pela relação entre clientes residenciais e não residenciais, se aproximando do perfil anterior à pandemia e com a aplicação do reajuste tarifário de 12,80% determinado pelo regulador.

Por outro lado, pela ótica de custos, a Companhia enfrentou um cenário bastante desafiador. Embora a inflação tenha apresentado trajetória decrescente ao longo do ano, reajustes contratuais atrelados aos índices de preços pressionaram os custos.

Também a conjuntura econômica internacional com a eclosão da guerra na Ucrânia e o recrudescimento da Covid-19 na China trouxeram incertezas e instabilidades às cadeias de produção mundiais, trazendo uma nova onda de inflação.

Destacam-se também os custos com energia elétrica que iniciaram o ano em bandeira de escassez hídrica devido às chuvas abaixo da média de longo prazo no período 2020/2021 e início de 2022. Porém, em meados de 2022, a melhora no nível dos reservatórios das geradoras pôs fim à bandeira vermelha e, já no final do ano, a edição da Lei Complementar 194/22 reduziu as alíquotas de ICMS sobre a energia elétrica, contribuindo para amenizar a pressão sobre os preços contratados.

Apesar da reabertura da economia, a situação econômica das famílias ainda não se reestabeleceu. Em 2022, o empobrecimento da população e os níveis de inadimplência observados continuaram elevados na economia como um todo com reflexo também sobre a Companhia. Internamente, houve uma melhora nos níveis de inadimplência em comparação aos períodos mais intensos da pandemia, porém ainda não retornaram aos patamares anteriores. O número de família cadastradas no CadÚnico se elevou. Essa nova realidade, juntamente com aspectos técnicos endereçados pela Companhia ao regulador, ensejou a abertura de uma Consulta Pública para a realização de uma Revisão Tarifária Extraordinária para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

Os investimentos aprovados para o quinquênio 2023 a 2027 no valor de R\$ 26,2 bilhões mantêm a Sabesp no rol das empresas que mais investem em saneamento no Brasil. A Companhia segue com a estratégia de expansão dos investimentos focados na ampliação das redes e tratamento de esgoto, sem descuidar dos investimentos em água necessários para manter a oferta já universalizada à população, em alinhamento ao Novo Marco do Saneamento.

## Regulação dos Serviços e das Tarifas

Em atendimento ao Decreto Federal nº 10.710 de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) comprovou a capacidade econômico-financeira da Sabesp para atender às metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento e, para os contratos que necessitam, foram formalizados os termos aditivos para adequação/incorporação das respectivas metas de universalização.

O Novo Marco atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência, contendo diretrizes para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, as quais poderão ser adotadas pelas agências reguladoras infranacionais, após a respectiva adesão. Os contratos da Companhia são regulados exclusivamente pela Arseps.

Neste contexto, a ANA e a Arseps divulgam periodicamente agendas regulatórias com os temas que deverão ser objeto de normatização futura. A Sabesp participa ativamente das discussões realizadas sobre as normas regulatórias que impactam o seu negócio. Dentre os temas da agenda regulatória destaca-se que, em novembro de 2022, a ANA abriu a Consulta Pública nº 008/2022 sobre a Norma de Referência que tratará da metodologia para indenização de ativos para os segmentos de água e esgoto, para a qual a Sabesp apresentou suas contribuições. Ainda não houve decisão final da ANA sobre o referido assunto.

Com relação às tarifas da Companhia, para o ciclo 2021-2024, estão previstos ajustes compensatórios em função do atingimento - ou não - da receita requerida projetada, além de eventuais ajustes em outras variáveis (com limitação risco - ou não - de 2,5%).

Em maio de 2022, entrou em vigor o reajuste tarifário de 12,8019% deliberado pela Arseps. Dada a necessidade de ajustes tanto para o ano de 2021 quanto para 2022, por conta do não atingimento da receita requerida autorizada, a Sabesp apresentou à Arseps pedidos de esclarecimentos. Em resposta, em dezembro de 2022, a Arseps iniciou o processo de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) e abriu a Consulta Pública nº 14/2022, para a qual a Sabesp apresentou suas contribuições. O resultado final da RTE será divulgado em abril de 2023.

## A COMPANHIA

A Sabesp é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, fundada em 1973 e que atua na prestação de serviços de saneamento ambiental.

Atualmente é uma das maiores empresas de saneamento do Brasil com atuação de forma direta em 375 municípios do Estado de São Paulo, atendendo uma população de aproximadamente 28,0 milhões de pessoas. Em outros dois municípios, São Caetano do Sul (SP) e Mogi das Cruzes (SP), fornece água tratada por atacado e serviços de tratamento de esgoto.

A Companhia está sediada em São Paulo e tem a sua base de operação na Região Metropolitana de São Paulo, a maior região metropolitana do país, com cerca de 21,4 milhões de pessoas.

A Sabesp atua ainda como sócia minoritária em outras três empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, além de outras seis, nos setores de energia, pavimentação e outros serviços de saneamento. As informações sobre as empresas investidas estão disponíveis na Nota Explicativa 12 das Demonstrações Financeiras.

## PRINCIPAIS NEGÓCIOS

A prestação de serviços de saneamento se divide principalmente em abastecimento de água e de esgoto sanitário. Em 2022, a Sabesp atendeu seus clientes por meio de 10,1 milhões de ligações de água e de 8,6 milhões de ligações de esgoto, e faturou 2.177,6 milhões de m<sup>3</sup> de água e 1.904,6 milhões de m<sup>3</sup> de esgotos.

Volume faturado de água e esgoto <sup>(1)</sup> por categoria de uso - milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2022	2021	%	2022	2021	%	2022	2021	%
Residencial	1.869,5	1.884,2	(0,8)	1.631,4	1.629,9	0,1	3.500,9	3.514,1	(0,4)
Comercial	182,1	169,6	7,4	175,9	159,0	10,6	358,0	328,6	8,9
Industrial	34,5	34,4	0,3	37,9	35,8	5,9	72,4	70,2	3,1
Pública	43,7	35,9	21,7	38,9	31,4	23,9	82,6	67,3	22,7
<b>Total varejo</b>	<b>2.129,8</b>	<b>2.124,1</b>	<b>0,3</b>	<b>1.884,1</b>	<b>1.856,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4.013,9</b>	<b>3.980,2</b>	<b>0,8</b>
Atacado <sup>(2)</sup>	47,8	49,7	(3,8)	20,5	15,8	29,7	68,3	65,5	4,3
<b>Total</b>	<b>2.177,6</b>	<b>2.173,8</b>	<b>0,2</b>	<b>1.904,6</b>	<b>1.871,9</b>	<b>1,7</b>	<b>4.082,2</b>	<b>4.045,7</b>	<b>0,9</b>

Volume faturado de água e esgoto <sup>(1)</sup> por região - milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2022	2021	%	2022	2021	%	2022	2021	%
Metropolitana	1.430,9	1.440,9	(0,7)	1.263,9	1.255,7	0,7	2.694,8	2.696,6	(0,1)
Regional <sup>(2)</sup>	698,9	683,2	2,3	620,2	600,4	3,3	1.319,1	1.283,6	2,8
<b>Total varejo</b>	<b>2.129,8</b>	<b>2.124,1</b>	<b>0,3</b>	<b>1.884,1</b>	<b>1.856,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4.013,9</b>	<b>3.980,2</b>	<b>0,8</b>
Atacado <sup>(3)</sup>	47,8	49,7	(3,8)	20,5	15,8	29,7	68,3	65,5	4,3
<b>Total</b>	<b>2.177,6</b>	<b>2.173,8</b>	<b>0,2</b>	<b>1.904,6</b>	<b>1.871,9</b>	<b>1,7</b>	<b>4.082,2</b>	<b>4.045,7</b>	<b>0,9</b>

(1) Não revisado pelos auditores externos;

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior; e

(3) No atacado estão inclusos os volumes de água de reuso e esgotos não domésticos.

Para cumprir a sua missão e executar seu plano de negócios, a Companhia mantém um programa de investimentos que visa melhorar e expandir seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, melhorar sua eficiência operacional, além de aumentar e proteger os recursos hídricos.

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 5,4 bilhões, conforme detalhado a seguir:

R\$ milhões			
	Água	Esgoto	Total
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	1.484,7	2.439,7	3.924,4
<b>Sistemas Regionais (interior e litoral)</b>	680,9	784,3	1.465,2
<b>Total</b>	<b>2.165,6</b>	<b>3.224,0</b>	<b>5.389,6</b>

Para o período de 2023 a 2027, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 26,2 bilhões, sendo R\$ 8,9 bilhões em água e R\$ 17,3 bilhões em coleta e tratamento de esgoto:

R\$ milhões						
	2023	2024	2025	2026	2027	Total
<b>Abastecimento de Água</b>	1.986	1.843	1.907	1.540	1.656	8.932
<b>Coleta de Esgoto</b>	2.388	2.394	2.566	2.712	2.380	12.440
<b>Tratamento de Esgoto</b>	644	714	1.084	1.183	1.217	4.842
<b>Total</b>	<b>5.018</b>	<b>4.951</b>	<b>5.557</b>	<b>5.435</b>	<b>5.253</b>	<b>26.214</b>

O desempenho operacional da Companhia é acompanhado por indicadores que consideram principalmente condições macroeconômicas nacionais e internacionais, taxas de inflação e taxas de juros, disponibilidade de recursos nacionais e internacionais para financiamento do setor, condições climáticas, crescimento populacional, obtenção de licenças ambientais necessárias e ambiente regulatório.

	Realizado	Metas					
	2022	2022	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Atendimento com Abastecimento de Água (%)<sup>(1)</sup></b>	94	95	95	95	96	96	96
<b>Atendimento com Coleta de Esgoto (%)<sup>(1)</sup></b>	85	86	86	87	88	89	89
<b>Cobertura com Abastecimento de Água (%)<sup>(1)</sup></b>	98	98	98	98	99	99	99
<b>Cobertura com Coleta de Esgoto (%)<sup>(1)</sup></b>	92	93	93	94	95	95	95
<b>Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (mil)<sup>(2)</sup></b>	83	82	87	88	88	89	89
<b>Novas Ligações de Água (mil)</b>	183,5	192	190	190	190	190	190
<b>Novas Ligações de Esgoto (mil)</b>	226,5	220	230	230	230	230	230
<b>IPDt (litros/ligação/dia)</b>	249	250	248	245	245	244	244

(1) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.

(2) Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

## Abastecimento de Água e Segurança Hídrica

A Sabesp abastece uma população de cerca de 28,0 milhões de pessoas, por meio de uma rede de distribuição que chega a 91,6 mil km, levando a água tratada em suas 237 estações de tratamento até os consumidores em 375 municípios do estado de São Paulo.

Em 2022, a Sabesp produziu 2.857,9 milhões de m<sup>3</sup> de água, sendo que o índice de cobertura dos serviços atingiu 98% e o de atendimento ficou em 94% na área operada.

O planejamento de longo prazo, a maior adaptação às incertezas com o incremento de infraestrutura hídrica, a gestão estratégica de riscos e a atuação pelo uso racional e consciente da água são algumas das principais ações empreendidas pela Sabesp para garantir a permanência do abastecimento da população atendida.

A Região Metropolitana São Paulo (RMSP) é, sem dúvida, a de maior complexidade para operar. A suscetibilidade às variações climáticas, a elevada concentração populacional e a localização geográfica são fatores que impactam na baixa disponibilidade hídrica da região, que apresenta disponibilidade considerada crítica.

Para fazer frente a este cenário, a Sabesp tem o **Programa Metropolitano de Água**, cujo planejamento estruturante está baseado nas projeções sobre oferta e demanda do Plano Diretor de Abastecimento de Água, que considera dados históricos, expectativas de cenários futuros e parâmetros de risco, atualizados após a crise hídrica de 2014-2015.

O **Sistema Integrado Metropolitano (SIM)** é composto de uma robusta infraestrutura hídrica de nove sistemas produtores que, junto com o sistema de abastecimento de Guarulhos, serve a RMSP. A capacidade total dos mananciais disponíveis para tratamento nesta área é de 82,7 m<sup>3</sup>/s e a capacidade máxima outorgada é de 80,7 m<sup>3</sup>/s. Em 2022, a produção média mensal de água para atender a RMSP foi de 61,6 m<sup>3</sup>/s. Já o índice de armazenamento de água ao final de 2022 era de 53% frente 38,2%, em 2021. A maior resiliência agregada do SIM associada à conscientização por hábitos mais racionais de consumo, sobretudo após a crise hídrica de 2014-2015, atenuaram a pressão sobre os mananciais e demais fontes. Em 2022, a média de consumo na RMSP foi de 117 litros por habitante/dia na categoria residencial. Este índice é 14,7% menor que os 135 litros por habitante/dia registrados na média de 2013, antes da crise.

A gestão permanente dos mananciais ocorre nos Centros de Controle e contam com um Sistema de Suporte à Decisão que coleta dados em tempo real por meio de sensores instalados em pontos estratégicos para a operação. Esse conjunto de dados permite traçar cenários operacionais diários e modelos hidrológicos estratégicos de longo prazo. Para se antecipar a potenciais riscos relacionados à operação, a Sabesp também conta com uma estrutura de gestão de riscos estratégicos e operacionais e com planos de contingência, para os casos de incidentes inevitáveis.

Fora da RMSP, as áreas operadas pela Sabesp apresentam diferentes características para a gestão de recursos hídricos. No interior, a tarefa do abastecimento é menos pressionada devido à existência de diferentes fontes de abastecimento, que incluem 1.232 poços para captação de água, e ao menor contingente populacional. Em municípios que enfrentam uma situação de maior criticidade, estamos implantando infraestrutura de estações de tratamento e represas que devem garantir a segurança hídrica para as próximas décadas.



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

No litoral, a Companhia segue com a ampliação da estrutura hídrica para reforçar o atendimento à população local e ao grande contingente de turistas, que sobrecarrega o sistema com elevados picos de consumo em períodos de verão. Na Baixada Santista, que possui uma disponibilidade hídrica mais limitada, utilizamos um sistema integrado semelhante ao da RMSP que, apesar da menor escala, permite a transferência de água entre regiões de menor e maior demanda nos momentos mais críticos e seguimos com o reforço da reservação de água, que têm a função de regularizar o abastecimento nos picos de consumo durante o verão.

Além disso, para reduzir a quantidade de água tratada que escapa das redes de distribuição antes de chegar aos clientes, o **Programa Corporativo de Redução de Perdas** trabalha com a renovação de redes e ramais, a implantação de válvulas de controle de pressão em regiões delimitadas, facilitando a identificação de eventuais problemas. Também é feita a varredura das redes com o uso de tecnologia para identificar vazamentos e furtos de água e gestão de demanda noturna, que consiste na diminuição da pressão da água na rede de distribuição no período noturno, quando há menor demanda.

As perdas reais, que correspondem aos vazamentos nas tubulações, totalizaram 19,1% em 2022. As perdas comerciais - água que é consumida, mas não é contabilizada, e decorrem de fraudes, falhas de cadastro comercial e submedição de hidrômetros, corresponderam a 9,7% no ano. A soma destes dois indicadores resulta nas perdas totais, que foram de 28,8% em 2022.

Outro processo que visa uma maior sustentabilidade dos recursos hídricos, especialmente em um cenário em que observamos crescente pressão climática, a produção de **água de reuso** a partir do tratamento do efluente do esgoto e utilizada em atividades industriais e necessidades urbanas, como limpeza de ruas, feiras livres e irrigação de parques, atingiu cerca de 12,2 milhões de m<sup>3</sup> em 2022 nas Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) São Miguel Paulista, Jesus Netto e Parque Novo Mundo, e no Aquapolo.

### Controle de qualidade da água

Garantir a entrega de água de qualidade é o maior bem que podemos oferecer aos nossos clientes e um dos maiores ativos do nosso negócio e requer o acompanhamento cuidadoso durante todo o processo, da captação e tratamento até os pontos de distribuição e consumo.

A qualidade da água tratada e distribuída é fiscalizada pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e monitorada pela Companhia por meio de amostras analisadas em nossos laboratórios com frequências semanais ou mensais. Este processo contempla cerca de 70 mil análises mensais que aferem turbidez, cor, cloro, coliformes totais, dentre outros mais de 90 parâmetros que são verificados em nossos 16 laboratórios regionais de controle sanitário, que possuem acreditação ISO 17.025, certificada pelo INMETRO. Também temos laboratórios localizados nas próprias estações.

### Expansão dos Serviços de Esgoto

A rede de coleta e transporte dos esgotos operada pela Sabesp tem cerca de 63,6 mil km e leva os esgotos para o tratamento nas suas 581 ETEs, o que assegurou em 2022 um índice de cobertura em coleta de esgotos de 92%, um índice de atendimento de 85% e de 83% de economias conectadas ao serviço de tratamento de esgotos, resultando no atendimento de aproximadamente 24,7 milhões de pessoas.

Para continuar avançando, a Companhia mantém ações localizadas e programas estruturantes que visam a expansão da infraestrutura de coleta e tratamento, assim como a conexão das moradias ao sistema de coleta e tratamento.

Na Região Metropolitana de São Paulo, que apresenta o maior nível de complexidade para a expansão da estrutura sanitária na área operada, a Sabesp mantém desde 1992 o **Projeto Tietê**, que visa a expansão da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos e já levou coleta e tratamento de esgoto a uma população equivalente a mais de 12 milhões de pessoas.

Até 2022, a Companhia investiu US\$ 3,5 bilhões nesse projeto, o que resultou, na área abrangida pelo projeto, em um aumento do índice de tratamento dos esgotos coletados para 85% em 2022 e de um índice de cobertura com rede de coleta para mais de 90% no mesmo período.

O **Programa Novo Rio Pinheiros**, um desdobramento do Projeto Tietê, chegou ao final de 2022 com mais de 650 mil imóveis conectados ao sistema de tratamento de esgoto, o que representa aproximadamente 2 milhões de pessoas a mais com serviços de esgoto nas cidades de São Paulo, Taboão da Serra e Embu das Artes desde 2019. Este resultado se traduz em um rio mais limpo, com vida e reintegrado à cidade de São Paulo.

Com o **Programa Córrego Limpo**, iniciativa em parceria com a Prefeitura de São Paulo, a Sabesp já atuou na despoluição e manutenção de 161 córregos na capital paulista, beneficiando mais de 3,6 milhões de pessoas. Em 2022, foram quatro córregos despoluídos.

No litoral do estado, a Companhia mantém o **Programa Onda Limpa**, o maior programa de saneamento ambiental da costa brasileira, com foco na expansão da coleta e da infraestrutura de tratamento de esgoto na região metropolitana da Baixada Santista e no Litoral Norte. O programa busca a universalização do esgoto na região, contribuindo para a melhoria da saúde, da qualidade de vida e da balneabilidade das praias, beneficiando aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, incluindo a população local e os turistas que visitam a região, especialmente nos meses de verão.

Na Baixada Santista, o programa está em sua segunda etapa e os investimentos resultaram no aumento do índice de cobertura com coleta de esgoto de 53% para 85% e tratamento de 100% do esgoto coletado.

A terceira fase do Programa Onda Limpa na Baixada Santista será executada entre 2026 e 2033 e tem como objetivo atingir os índices estabelecidos pelo Novo Marco do Saneamento. No Litoral Norte, o programa teve início em 2019, visando intensificar os investimentos em saneamento nos quatro municípios da região: Caraguatubá, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela.

No interior do estado, quase todos os municípios operados apresentam índices de atendimento universalizados, assim a Companhia atua na expansão da infraestrutura em comunidades isoladas, fora dos núcleos urbanos.

Os investimentos e o empenho da Sabesp para melhorar a qualidade do atendimento e a expansão da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos podem ser verificados, por exemplo, pela presença de municípios operados pela Companhia no Ranking do Saneamento 2022, do Instituto Trata Brasil. Das 20 melhores cidades do país, cinco são atendidas pela Sabesp.

### Relacionamento com Clientes

Com um olhar compartilhado e mais aproximado das necessidades dos consumidores, procuramos priorizar e incorporar as principais expectativas às nossas decisões estratégicas no sentido de maximizar os benefícios dos serviços oferecidos e promover uma melhor experiência e satisfação dos nossos clientes.

Em 2022, foi consolidado o uso de uma nova plataforma comercial que promove a integração e a incorporação de novas tecnologias - Analytics, IA, IoT, Omnichannel, RPA, entre outras. A nova tecnologia garantiu uma melhoria contínua aos processos, mais qualidade à experiência do cliente e possibilitou a gestão de informações analíticas com foco na satisfação dos usuários e qualidade do atendimento.

Além da nossa rede com 407 agências, temos canais digitais de atendimento 24 horas, aplicativo Sabesp Mobile, WhatsApp Sabesp, Chat Bot, o atendimento móvel com vans que ficam estacionadas em diferentes localidades na busca de facilitar a vida do cliente, e a Ouvidoria, que é o canal responsável por acatar, avaliar e solucionar insatisfações e dificuldades não resolvidas pelos demais canais. Ao longo do ano, a Ouvidoria recebeu 126,3 mil manifestações, sendo que destas, 99% foram solucionadas.

Em julho de 2022, contamos com a implantação da nova plataforma de atendimento em nuvem, que propicia mais estabilidade para o relacionamento com os clientes da Sabesp, além de dar sustentação aos novos canais e ferramentas de gestão Omnichannel (uso simultâneo e interligado de diferentes canais de comunicação).

Em 2022, a Pesquisa de Satisfação do Cliente indicou uma aprovação de 83%, mantendo a média de mais de 80% registrada nos últimos anos.

### Inovação e Novos negócios

Em 2022, avançamos na estruturação da inovação dentro do conceito de Open Innovation, que é pautado na identificação de necessidades tecnológicas e fomento da construção de soluções inovadoras a partir do compartilhamento do conhecimento dentro da Sabesp e entre a empresa e o mercado. Evoluímos para a fase de testes com a implantação de células de inovação em algumas unidades de negócio, para promover maior capilaridade e participação dos colaboradores.

Complementarmente, está em implantação uma plataforma para conectar a Sabesp com os setores produtivos do mercado, incluindo startups e universidades, para compartilhamento de demandas, captação de ideias e desenvolvimento de soluções tecnológicas, também podendo ser utilizada para chamadas públicas em desafios específicos. A plataforma terá uma interface dedicada ao público interno para contribuir com suas ideias e soluções inovativas geradas pela necessidade do cotidiano, estimulando a criatividade, conhecimento e participação dos colaboradores das diversas áreas da Companhia.

Parte considerável dos projetos focados em inovação são viabilizados por meio da celebração dos acordos de cooperação. Nesse contexto, através de parceria com a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, no âmbito do programa PIPE – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas, foi realizada em 2022 a primeira chamada objetivando a aceleração de startups, uma oportunidade pioneira no País para empresas com este perfil que tenham projetos inovadores em saneamento.

A Companhia tem empenhado esforços para alavancar projetos inovadores voltados à economia circular, modelo de gestão que visa otimizar a recuperação de recursos em processos, aderente aos princípios ESG, como a utilização de biometano para uso veicular, a aplicação agrícola de lodo, dentre outros. Está em fase de preparo para licitação, a contratação de estudos específicos para replicação de forma sistêmica do modelo de sucesso em implementação em Franca, o qual integra as fases líquida, sólida e gasosa do tratamento de esgotos, em outras 6 ETEs de grande porte da Companhia.

Além disso, a Companhia investiu em parcerias com o setor privado, diversificando e expandindo sua atuação por meio de 3 Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), com o objetivo de aproveitar as sinergias entre processos correlatos ao saneamento. A aquisição de participação na FOXX URE Barueri para a criação da primeira usina de geração de energia a partir da incineração de resíduos sólidos urbanos do Brasil; a criação da Cantareira SP Energia S.A., voltada para a geração de energia fotovoltaica; e a criação da Infra Next para a construção de uma usina de produção de asfalto a frio. Esses são passos importantes em direção a diversificação e ampliação de serviços ambientais.

### GESTÃO DE PESSOAS

Ao final de 2022, nosso quadro de empregados era composto por 12.299 pessoas divididos nas categorias operacional, técnica, universitária e gerencial, levando-se em conta o grau de escolaridade, experiência profissional, complexidade das atribuições e qualificação técnica. Nossa força de trabalho é formada por 9.905 homens (80,5%) e 2.394 mulheres (19,5%).

Nossa política salarial está vinculada ao Plano de Cargos e Salários, que proporciona atração, retenção e desenvolvimento de profissionais qualificados e comprometidos, oferecendo perspectivas de carreira e de remuneração compatíveis com o mercado. Visando aumentar o engajamento e reconhecer nossos talentos, além dos benefícios legais, também oferecemos aos colaboradores benefícios concedidos, como refeição, alimentação, cesta de Natal, previdência privada, assistência médica e convênio educacional.

A Avaliação de Competências e Resultados dos profissionais é realizada anualmente, envolvendo todos os empregados e culmina no estabelecimento do Plano Individual de Desenvolvimento. Entre 2019 e 2022, foram proporcionadas cerca de cerca de 13,8 mil promoções oriundas desse processo.

Anualmente, a Companhia estabelece o Programa de Participação nos Resultados (PPR) com o objetivo de estimular os esforços dos empregados para o alcance dos objetivos organizacionais. O PPR 2022 utilizou indicadores de desempenho total e setorial da Companhia em 2021 e, em média, 93,2% das metas foram alcançadas.

Para estimular a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, a Sabesp conta com três principais frentes: Programa de Desenvolvimento de Líderes, a Universidade Empresarial, que visa a capacitação e o desenvolvimento dos empregados por meio de cursos virtuais, e o Programa Mais Conhecimento, que oferece subsídios educacionais para exames de certificação profissional, cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, extensão universitária e de idiomas com o objetivo de elevar a escolaridade e qualificar os empregados. No último ano foram concedidos 1.152 subsídios, com investimentos de mais de R\$ 5,2 milhões.

Atuamos para que nossos colaboradores tenham iguais oportunidades de capacitação profissional, com equidade, procurando contemplar a diversidade de forma justa e equilibrada. Nesse contexto, em 2022, intensificamos a Jornada da Diversidade e Inclusão com objetivo de criar uma Política e indicadores de Diversidade e Inclusão na Sabesp. Iniciamos a Jornada com palestras de sensibilização e efetuamos o Diagnóstico de Maturidade de Diversidade e Inclusão, que apontou um ambiente favorável ao prosseguimento da Jornada e à proposição de compromissos sociais e ações afirmativas.

A Sabesp coíbe preconceitos de origem, raça, sexo, cor, orientação sexual, idade, crença religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação. No descumprimento do nosso Código de Conduta e Integridade, disponibilizamos o Canal de Denúncias, que atua de forma autônoma e confidencial. O canal está disponível para todos os empregados e recebe denúncias relacionadas a qualquer conduta de assédio e discriminação.

A Comissão de Averiguação de Assédio apura o teor das denúncias e, se for identificada prática discriminatória, o empregado denunciado está sujeito à aplicação de medidas disciplinares. Mesmo que a denúncia seja improcedente, a Comissão de Averiguação de Assédio tende a sugerir à área de origem a implementação de um Plano de Ação, com o objetivo de orientar, sensibilizar e conscientizar a força de trabalho.

Historicamente, a Companhia mantém bom relacionamento com entidades representativas, procurando atender às principais reivindicações dos empregados, sempre respeitando o limite de sua capacidade financeira e das diretrizes legais e governamentais. Em suas relações trabalhistas, a Companhia prioriza a negociação como forma de dirimir conflitos, reduzindo substancialmente a ocorrência de movimentos parestistas. Da totalidade dos empregados, aproximadamente 65% são sindicalizados.

Em maio de 2022, foi assinado pela Sabesp e Sindicatos o Acordo Coletivo 2022/2023 com vigência até abril de 2023, sendo mantidas as cláusulas do acordo anterior, assim como aplicado o reajuste salarial e para os benefícios na base de 12,26% (IPC/FIPE acumulado de maio de 2021 a abril de 2022). Em 2022, o índice de rotatividade encerrou o ano em 1,8%.

O processo de transformação da Cultura Organizacional da Companhia com o objetivo de fortalecer os pilares de inovação e foco em resultados continuou a se desenvolver por meio de engajamento e identificação de oportunidades e iniciativas de mudança. O novo mapeamento cultural realizado em 2022 apontou um perceptível avanço na maturidade da cultura.

Na Sabesp, cuidar da segurança e saúde dos empregados é fator fundamental para o aumento da produtividade e da qualidade de serviços, da conquista de melhores resultados e da promoção de bem-estar dos funcionários.

Para isso, contamos com um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, que segue os padrões estabelecidos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência, com elementos baseados na Norma ISO 45001 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Apesar dos esforços contínuos, ocorreram 153 acidentes do trabalho em 2022, com uma taxa de frequência de 8,8 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas e a taxa de gravidade, de 169 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas. Já o índice de absenteísmo fechou o ano em 2,6%.

Em busca do aprimoramento das práticas para a prevenção de acidentes e doenças, a Companhia está desenvolvendo o Projeto Cultura de Segurança, que contempla um diagnóstico completo da aderência das práticas de Segurança e Saúde no Trabalho, com o desenvolvimento de um plano de transformação para alcançar melhoria significativa na gestão e evolução cultural de Segurança e Saúde no Trabalho.

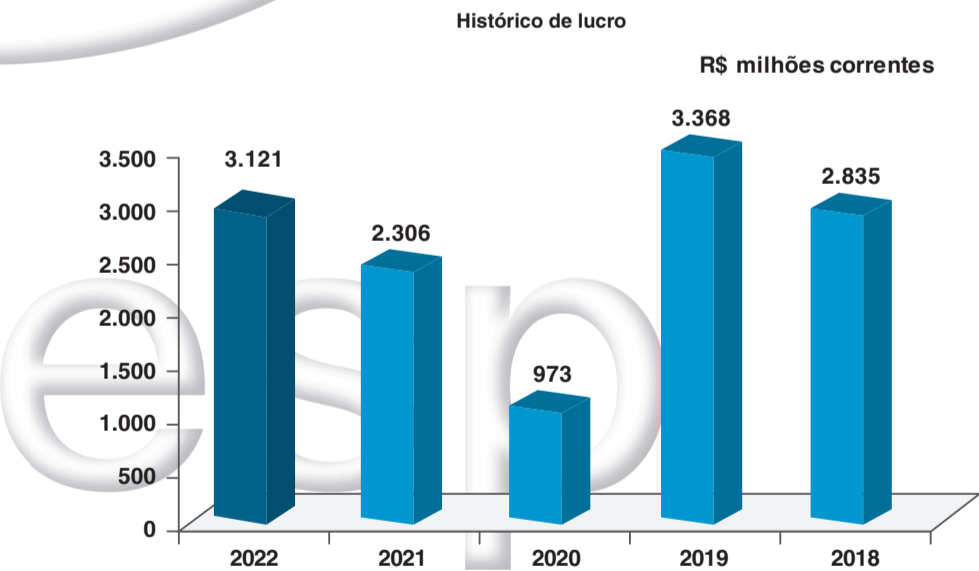
Ao mesmo tempo, a partir de dados colhidos em uma Pesquisa de Clima Organizacional, verificamos uma relação positiva entre a quantidade de feedbacks recebidos pelos empregados de seus superiores e a favorabilidade do ambiente de trabalho. Nesse sentido, incentivamos o aumento da prática de modo a se criar uma cultura do feedback entre os diferentes níveis organizacionais da Companhia, melhorando as formas de relacionamento.

De acordo com a Pesquisa de Clima Organizacional e obtivemos um índice de favorabilidade de 72%, o que levou a Companhia a conquistar pela segunda vez o selo de Boa Empresa para Trabalhar, certificação concedida pela consultoria GPTW - Great Place to Work®.

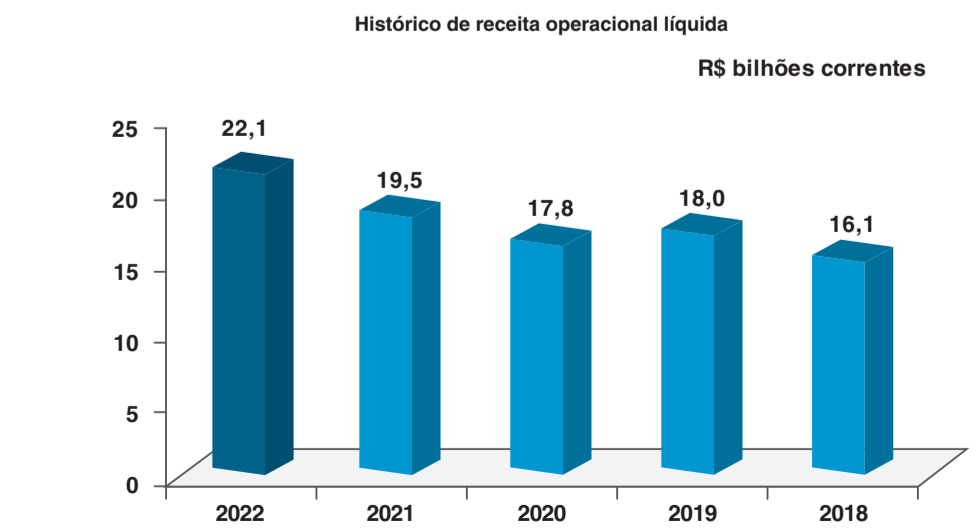
Para mais informações sobre a gestão de pessoas na Sabesp, acesse o Relatório de Sustentabilidade, disponível em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 3,1 bilhões, ante os R\$ 2,3 bilhões registrados em 2021, um acréscimo de R\$ 815,4 milhões ou 35,4%.



A receita operacional líquida (que inclui a receita de construção) totalizou R\$ 22,1 bilhões, um acréscimo de 13,2% em relação ao ano anterior.



A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de saneamento a qual não considera a receita de construção, totalizou R\$ 18,6 bilhões, um acréscimo de R\$ 2,3 bilhões, ou 14,3% quando comparada aos R\$ 16,3 bilhões registrados em 2021.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo apresentado na receita operacional bruta foram: reajuste tarifário de 12,8% desde maio de 2022; aumento de 0,9% no volume faturado total e aumento da tarifa média pelo incremento no volume faturado das categorias não residenciais.



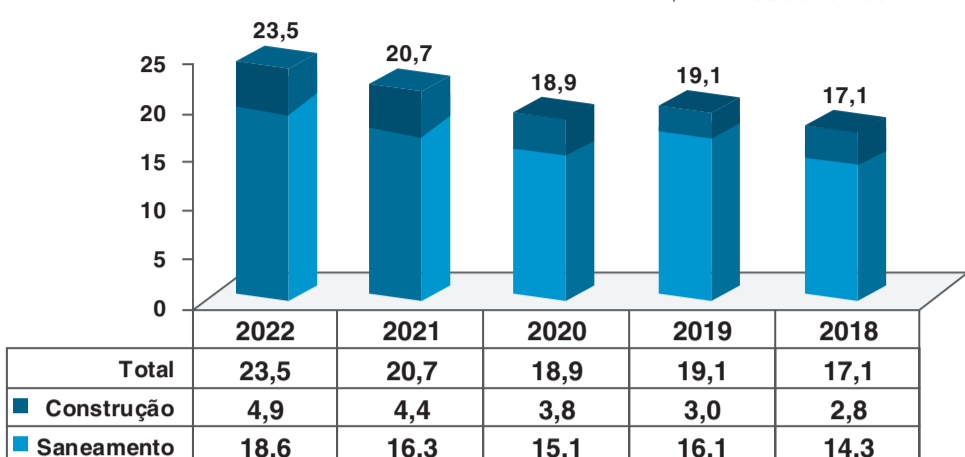
## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

A receita de construção aumentou R\$ 487,1 milhões, ou 11,1% quando comparada a 2021, como reflexo do aumento no investimento.

## Histórico de receita operacional bruta

R\$ bilhões correntes

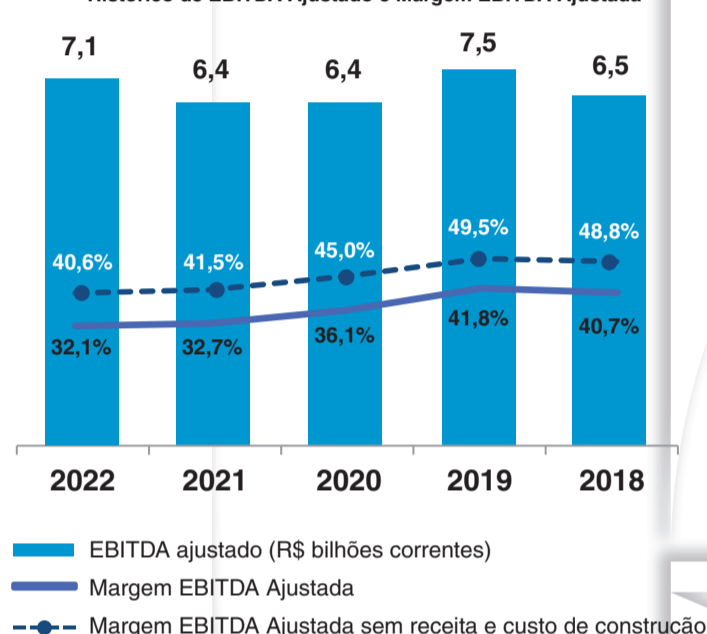


Em 2022, os custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção apresentaram um acréscimo de 13,3% (R\$ 2,1 bilhões). Desconsiderando os custos de construção, o acréscimo foi de 14,2% (R\$ 1,6 bilhão).

A participação dos custos e despesas administrativas e comerciais e custos de construção na receita líquida foi de 79,1% em 2022, ante os 79,0% apresentados em 2021. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no website da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

O EBITDA ajustado registrou acréscimo de 11,2%, passando de R\$ 6.372,7 milhões em 2021 para R\$ 7.087,7 milhões em 2022, e a margem EBITDA ajustada atingiu 32,1%, enquanto no exercício anterior foi de 32,7%. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção, a margem EBITDA ajustada resultou em 40,6% em 2022 ante 41,5% em 2021.

## Histórico de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada



Reconciliação do EBITDA Ajustado <sup>1</sup> (Medições Não Contábeis) (R\$ Milhões)					
	2022	2021	2020	2019	2018
Lucro líquido	3.121,3	2.305,9	973,3	3.367,5	2.835,1
Resultado financeiro	372,4	927,4	3.166,4	1.033,7	1.264,3
Depreciação e amortização	2.450,8	2.253,3	2.037,1	1.780,2	1.392,6
Imposto de renda e contribuição social	1.151,5	864,3	352,7	1.310,4	1.077,3
Outras receitas/despesas operacionais líquidas <sup>2</sup>	(8,3)	21,8	(107,7)	18,7	(28,7)
EBITDA Ajustado	7.087,7	6.372,7	6.421,8	7.510,5	6.540,6
Margem EBITDA Ajustada	32,1	32,7	36,1	41,8	40,7
Receita de construção	(4.863,8)	(4.376,7)	(3.716,6)	(2.946,6)	(2.802,7)
Custo de Construção	4.754,4	4.278,3	3.630,1	2.881,4	2.739,7
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	6.978,3	6.274,3	6.335,3	7.445,3	6.477,6
Margem EBITDA Ajustada sem receita e custo de construção	40,6	41,5	45,0	49,5	48,8

1 O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social (tributos federais sobre a renda), da depreciação e amortização, e das outras despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pelo Método da Legislação Societária e não deve ser considerado individualmente ou como uma alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional, como alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

2 Outras receitas/despesas operacionais líquidas, referem-se principalmente as baixas de ativo imobilizado, provisão para perda com ativos intangíveis, perda com projetos economicamente inviáveis, deduzidos das receitas com venda de ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

## Captação de Recursos e Endividamento

A Sabesp tem reputação consolidada no mercado de capitais e um sólido relacionamento com bancos públicos e agências multilaterais, nacionais e internacionais. Este mix e diversidade de fontes resultam em um perfil de amortização de dívida bastante alongado, a custos compatíveis com seu ciclo de investimentos, particularmente aqueles concedidos por bancos oficiais domésticos e organismos multilaterais de crédito e, crescentemente, no mercado de capitais com a emissão de debêntures incentivadas.

Em 2022, a Companhia privilegiou a contratação de dívida em moeda local, que totalizou R\$ 2,2 bilhões, cujos recursos foram utilizados para financiar seu plano de investimentos, recompor o caixa e refinanciar compromissos financeiros. Adicionalmente, houve a entrada de R\$ 607,4 milhões referentes a reembolsos de financiamento de investimentos já contratados em anos anteriores.

Em 18 de março de 2022, realizamos a 30ª Emissão de Debêntures, dividida em duas séries, no valor total de R\$ 1,0 bilhão. A primeira e a segunda séries vencerão em março de 2027 e em março de 2029, respectivamente. A primeira série, no montante de R\$ 500,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,30% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A segunda série, no montante de R\$ 500,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,58% a.a., também com pagamentos de juros semestrais. Os recursos da emissão foram destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vencidos em 2022 e à recomposição e reforço de caixa.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 470,0 milhões junto a *Inter-American Investment Corporation* (BID *INVEST*). Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados exclusivamente ao custeio de despesas do Projeto de Despoluição do Rio Tietê. A amortização do valor do principal será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e a final em junho de 2036. O vencimento dos juros será semestral, em dezembro e junho, tendo início em dezembro de 2022 e final em junho de 2036, e a remuneração será CDI + 2,5% a.a.

Em 26 de julho de 2022, a Sabesp captou o montante de R\$ 760,0 milhões junto a *International Finance Corporation* (IFC). Os recursos foram utilizados em investimentos relacionados ao Programa Novo Rio Pinheiros, em melhoria dos serviços de saneamento nas regiões litorâneas do estado de São Paulo e no abastecimento de água em municípios localizados no litoral do estado de São Paulo e na periferia da cidade de São Paulo. A amortização do valor do principal será semestral, em abril e outubro, tendo início em abril de 2023 e a final em abril de 2032. O vencimento dos juros será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2022 e final em abril de 2032, e a remuneração será CDI + 2,0% a.a.

Em 2022, as agências de classificação de risco mantiveram inalterados os ratings da Companhia, que permaneceram com a classificação 'AAA' em escala nacional.

	Fitch	Moody's	S&P
Escala Nacional	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Escala Global	BB (moeda estrangeira) BB+ (moeda local)	-	BB-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todos os requisitos (*covenants*) vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 2022:

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas <sup>(1)</sup> / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

A dívida total em 2022 aumentou 6,9%, de R\$ 17,7 bilhões em 2021 para R\$ 19,0 bilhões em 2022. O endividamento total denominado em moeda estrangeira diminuiu 15,8%, de R\$ 3,3 bilhões em 2021 para R\$ 2,8 bilhões em 2022, correspondendo a 14,6% da dívida total da Companhia no final do período (18,6% em 2021).

As amortizações em moeda nacional e em moeda estrangeira realizadas em 2022 totalizaram R\$ 1,5 bilhão. Ao final de 2022, tínhamos R\$ 16,7 bilhões em dívidas de longo prazo, dos quais R\$ 2,5 bilhões consistiam em dívidas em moeda estrangeira. O endividamento de curto-prazo totalizava R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 312,6 milhões, em moeda estrangeira.

## Mercado de Ações

O mercado brasileiro fechou o ano de 2022 com o índice Ibovespa em 109.404 mil pontos, representando uma valorização de 4,69%. A valorização da bolsa ficou abaixo da inflação acumulada para o ano de 5,79%, portanto apresentando resultados negativos para o mercado em geral.

No ano em que a Sabesp completa 20 anos de listagem na Bolsa de Valores de Nova York e no segmento Novo Mercado da B3, suas ações se descolaram das demais empresas que participam do Ibovespa, sobretudo devido a expectativas dos agentes de mercado com relação aos desdobramentos com o resultado da eleição estadual, e em decorrência do novo arcabouço legal do setor e previsão de geração de negócios futuros e fecharam com valorização de 42,3% em relação ao ano anterior, cotadas a R\$ 57,16, com valor de mercado de R\$ 39,1 bilhões.

O volume financeiro anual das ações também expandiu, em 47,1% com relação ao ano anterior. No entanto a participação de investidores pessoa física se reduziu, ficando abaixo dos 2% em 2022, em contraponto ao crescimento das posições dos investidores institucionais.

Os *American Depositary Receipts* (ADRs) apresentaram valorização de 45,2% sob os mesmos fundamentos do mercado local e pela depreciação do dólar de 5,3%, o que pode estar relacionado à redução na participação do número de ações negociadas na NYSE no capital social da Companhia diminuindo de 15,3% para 12,1%. Os índices de referência de mercado S&P 500 e Dow Jones tiveram desvalorização de 19,4% e 8,8% no mesmo período.

A Companhia segue integrando os principais índices da B3 e continua a ser acompanhada pelas principais instituições financeiras do mercado.

## Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

A política de distribuição de dividendos prevê que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será mantido até que seja atingida a universalização dos serviços de saneamento básico na área operada e que, quando pagos na forma de juros sobre o capital próprio, o imposto de renda incidente sobre o valor a ser pago ao acionista será considerado dividendo mínimo complementar.

Em 2022, a Sabesp disponibilizou o pagamento dos dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de aproximadamente R\$ 644,3 milhões, relativos ao ano de 2021, correspondentes a cerca de R\$ 0,9427 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 2,3%.

Referente ao ano de 2022, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 872,2 milhões, correspondendo a R\$ 1,2760 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 2,2%, com início do pagamento previsto para 26 de junho de 2023.

## ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Criamos em 2022 uma Comissão de Integração na busca do impulsionamento das pautas envolvendo os três pilares da agenda: ambiental, social e de governança (ASG). Esses são temas urgentes e importantes que já vêm sendo trabalhados pela Sabesp nos últimos anos, mas passam a ser olhados de forma mais integrada, progredindo cada vez mais nas práticas sustentáveis e nas novas oportunidades de mercado.

A boa gestão dos princípios ASG possibilita a redução de riscos, a discussão de diretrizes e métricas sustentáveis e fortalece a imagem da marca junto a sociedade, resultando em responsabilidade socioambiental, reputação e mais credibilidade.

É importante ressaltar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), determinados na Agenda 2030 da ONU, já são tratados internamente e alinham a Companhia às demandas urgentes do mundo todo. Somos signatários do Pacto Global da ONU e, há dois anos, temos um acordo de parceria com a UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e aderimos ao Acordo Ambiental São Paulo.

A seguir, são apresentadas as principais práticas e projetos ASG da Companhia. Estas e outras iniciativas podem ser conferidas em mais detalhes no Relatório de Sustentabilidade, disponível no site da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

## Meio Ambiente

Com os fatores ASG cada vez mais presentes na nossa estratégica, a gestão ambiental, conduzida de maneira integrada, fortaleceu o compromisso com a qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade na prestação dos serviços de saneamento. O trabalho tem como base programas corporativos, iniciativas voltadas para a conformidade ambiental, a consolidação da cultura direcionada à proteção do meio ambiente e a sustentabilidade das operações da Companhia.

Seguindo as diretrizes da **Política Institucional de Meio Ambiente da Sabesp**, os programas ambientais são acompanhados por um Comitê Ambiental deliberativo constituído por representantes da alta administração.

A Sabesp mantém **Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção de Licenças Ambientais** de Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs), Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), que têm possibilitado atender às exigências do órgão licenciador, além de estruturar os processos para a renovação e manutenção desses documentos legais. Para tanto, desde 2017, a Sabesp possui um programa formalizado com a CETESB para as EEEs, e em 2022 formalizou um outro semelhante para ETAs e ETEs.

De forma análoga, a Companhia tem um **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção dos Outorgas de Uso de Recursos Hídricos**, contemplando captações, lançamentos e barragens, o que é essencial para assegurar o acesso à principal matéria-prima para o abastecimento público e fornece os elementos necessários para subsidiar o processo de uso, gestão e pagamento pelos recursos hídricos dentro do seu escopo de atuação.

Para o equacionamento de ações civis públicas e inquéritos ambientais que envolvam o Ministério Público, a Sabesp tem buscado a formalização de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos Judiciais (AJs), favorecendo assim o planejamento e execução das obras em prazos factíveis e integrando essas obrigações às prioridades orçamentárias da Companhia.

Com o objetivo de compensar o impacto ambiental causado pela expansão dos sistemas de saneamento, a Companhia formaliza junto ao órgão ambiental obrigações por meio de **Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental** (TCRAs). Para isso, a Sabesp possui desde 2017 um programa corporativo focado na recomposição florestal por meio do plantio e da manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais em um período de 10 anos. Até 2022, foram contratadas cerca de 742 mil mudas, das quais aproximadamente 632 mil (85,2%) já foram plantadas e se encontram em estágio de manutenção.



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Este programa já permitiu à Sabesp ultrapassar o montante dos plantios necessários para o cumprimento das obrigações já compromissadas, contribuindo para a formação de bancos de áreas plantadas, capazes de atender futuras obrigações de licenciamento.

Adicionalmente, com vista ao monitoramento e controle de impactos na biodiversidade, a Companhia realiza a gestão dos eventuais impactos decorrentes da implantação das infraestruturas necessárias à prestação dos serviços ainda durante o licenciamento ambiental dos empreendimentos e está alinhada às exigências da legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, é possível definir, quando aplicável, planos e/ou programas que contenham medidas para prevenir ou mitigar a impactos. Dentre eles, podemos citar Programas de Monitoramento da Fauna, de Conservação da Fauna Silvestre, de Resgate e Salvamento da Fauna Silvestre, de Manejo e Reposição Florestal e de Monitoramento de Qualidade da Água e da Biota Aquática.

Para elevar a Companhia a uma condição de excelência ambiental, é necessário que se invista em ações preventivas, em direção à sustentabilidade, por meio de ações voltadas à questão ambiental, a exemplo dos programas descritos a seguir, juntamente com outros programas citados anteriormente além de um Plano de Capacitação Corporativa em Gestão Ambiental.

Em 2009, iniciamos a implantação voluntária do **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)** nas ETAs e ETEs visando melhorar a eficiência dos sistemas, gerenciando os riscos e implantar ações preventivas para evitar impactos ao meio ambiente. Atualmente, o SGA está implantado em 622 ETAs e ETEs, o que representa 74% das estações em operação. Desse total, 36 unidades são certificadas na ISO 14001, com manutenção da certificação obtida em 2022.

O **Programa Corporativo ETEs Sustentáveis**, implantado em 2019, visa desenvolver e disseminar a cultura da sustentabilidade, com a implementação de ações que possibilitem a transformação dos subprodutos gerados nas ETEs, como o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis, considerando seu aproveitamento energético, assim como dar mais ênfase às iniciativas que busquem contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

No momento, 11 estações de tratamento de esgoto possuem Selos de Sustentabilidade. De acordo com as metas do programa, 44 ETEs deverão receber Selos de Sustentabilidade até 2024, havendo previsão de ampliação de escopo para os próximos anos.

Junto à expansão de infraestrutura sanitária, mantemos um Programa Corporativo de Educação Ambiental (PEA Sabesp), o Programa Sabesp 3Rs voltado para boas práticas na gestão de resíduos gerados em áreas administrativas, além de programas de participação comunitária, por meio dos quais nossos agentes promovem oficinas, cursos, visitas e eventos que buscam incentivar a participação coletiva em benefício de um ambiente urbano mais saudável.

### Estratégia Climática Corporativa

A Sabesp atua no Estado de maior concentração populacional do Brasil e isso, por si só, já impõe grandes desafios para abastecer com água tratada os 375 municípios diretamente atendidos.

O planejamento de longo prazo, a maior adaptação às incertezas com o incremento de infraestrutura hídrica, a gestão estratégica de riscos e a atuação pelo uso racional e consciente da água são algumas das principais ações empreendidas pela Companhia para garantir a segurança hídrica da população dos municípios operados.

Nesse sentido, considerando os desafios relativos à mudança global do clima, a estratégia de enfrentamento climático estabelecida pela Companhia está organizada em duas principais frentes, sendo a primeira, a busca da adaptação e resiliência aos eventos extremos, contemplando, em especial, investimentos em infraestrutura hídrica, tecnologia operacional e planejamento de longo prazo para a ampliação da segurança hídrica e resiliência frente aos efeitos dos eventos extremos.

A outra frente é considerada por meio do **Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa**, que contempla diversas atividades, tais como inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE), ações e projetos de redução de emissões, estudos sobre carbono em florestas, capacitações, avaliações de riscos climáticos e adesões a iniciativas nacionais e internacionais na temática.

Em relação aos inventários de emissões de GEE, os mesmos contemplam os escopos 1, 2 e 3, seguem a metodologia do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e são elaborados desde 2007, sendo o tratamento de esgotos nossa principal fonte de emissões (85,0%), similar a outras empresas nacionais do setor. O consumo de energia elétrica contribui com 13,7% e as demais atividades representam aproximadamente 1,3%. De forma a aprimorar nossa estratégia de médio e longo prazo, encontra-se em fase de licitação, consultoria para a elaboração de plano de metas para redução das emissões de GEE, em consonância também com o Decreto Estadual 65.881/2021, que dispõe sobre a adesão do Estado de São Paulo às campanhas da ONU "Race to Zero" e "Race to Resilience".

Quanto à redução de emissões, observa-se a necessidade de esforços adicionais à universalização do tratamento de esgoto, com adequações e melhorias operacionais voltadas à sustentabilidade dos processos, envolvendo a otimização das operações e a implantação de alternativas menos intensivas em carbono.

Entre as ações de mitigação das emissões de GEE, destacamos projetos com impactos positivos na redução de emissões de GEE, implantados e em desenvolvimento, visando o aproveitamento energético do biogás, de potenciais hidrelétricos, além da geração de insumos para atividades agrícolas, de sustentabilidade da frota veicular e de restauração e manutenção florestais.

Com relação ao consumo de energia elétrica, insumo de fundamental relevância na prestação dos serviços de saneamento básico, consumimos em 2022, 9.907,00 terajoules, uma redução de 3,1% em relação aos 10.219,00 consumidos em 2021.

A Sabesp se preocupa em contribuir para a transição energética com o aproveitamento dos potenciais de geração, ampliação da participação de energia de fonte incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e com a implementação de ações de eficiência energética.

Em 2022, a Energia de Fonte Incentivada no ACL representou 5% de todo o consumo de nossas atividades. O **Programa de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica** iniciou a operação de mais duas usinas, totalizando cinco usinas em operação e 6 MW de geração (10% do total), com a previsão de conclusão da implementação do Programa de Geração de Energia em 2024.

Para mais informações, veja o Relatório de Sustentabilidade da Companhia, disponível em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

### Social

A Sabesp tem entre suas diretrizes estratégicas a valorização das pessoas e a integração nos seus relacionamentos. Uma força de trabalho capacitada e engajada, juntamente com um ambiente de trabalho seguro e saudável, favorável à inovação e incentivo a resultados são essenciais para a Sabesp cumprir com sua missão e buscar a consecução dos seus objetivos estratégicos, especialmente na nova realidade imposta pelo Novo Marco Legal do Saneamento, com maior competitividade no mercado do saneamento.

Para mais informações sobre a gestão de pessoas na Sabesp, veja o item "Gestão de Pessoas" deste Relatório e o Relatório de Sustentabilidade, disponível no website da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>.

Assim, avançando no propósito de levar mais saneamento básico para grupos sociais e comunidades atendidas, principalmente as de maior vulnerabilidade, em 2022, a Sabesp manteve seus programas, ações e projetos criados para fortalecer o diálogo e o relacionamento com esse público, com iniciativas alinhadas com as características regionais e socioeconômicas das áreas e comunidades a serem beneficiadas.

O **Programa Novo Rio Pinheiros** é sinônimo de sucesso em todos os sentidos. Criado em 2019 e concluído em 2022, a meta foi reduzir o esgoto lançado em seus afluentes, melhorar a qualidade das águas e integrá-lo completamente à cidade, sendo que um dos pontos fortes do programa foi a promoção de dignidade e qualidade de vida a famílias em regiões de extrema vulnerabilidade social que vivem na sua bacia hidrográfica.

Para isso, a Sabesp desenvolveu ações em parceria com as prefeituras dos municípios para a realização de zeladoria e limpeza nos córregos e a criação de novos pontos de coleta de lixo.

Houve também grande sensibilização das comunidades do entorno do rio e a possibilidade do desenvolvimento de trabalhos sociais dos moradores e a geração de trabalho e renda para os catadores locais.

Voltada também à redução de vulnerabilidades sociais, a Sabesp mantém também uma faixa de tarifa, a Tarifa Social, concedida a famílias de baixa renda. Em 2022, 23.568 famílias passaram a ser beneficiadas.

Por meio do **Programa Água Legal**, a Companhia busca enfrentar o problema de acesso à água em comunidades assentadas irregularmente, com abastecimento feito de modo precário por tubulações improvisadas e sujeitas a contaminação. Em 2022, o programa levou mais condições de saúde a 120 mil pessoas da RIMSP.

Para avançar com as conexões de esgoto em regiões onde os moradores não têm condições econômicas para fazer as instalações sanitárias de suas residências às redes de coleta de esgoto, temos o **Se Liga na Rede**, que de 2012 até 2019, quando encerrada a primeira etapa, beneficiou 29,7 mil famílias. O programa ficou suspenso entre 2020 e 2022, sendo que em dezembro de 2022 foi publicado o Decreto nº 67.298, que reformulou o programa, prevendo sua retomada com prazo de mais 5 anos. Até 2027 está prevista a realização de cerca de 65 mil ligações. No interior do estado, a Sabesp participa do **Programa Vale do Futuro**, com a ampliação da coleta, afastamento e tratamento de esgoto na região do Vale do Ribeira, contribuindo para a preservação de uma das regiões mais ricas em biodiversidade no Estado de São Paulo, além de promover mais saúde, infraestrutura, emprego, renda e o empreendedorismo na região, o que também fomenta o desenvolvimento econômico e social.

Adicionalmente, buscando gerar valor social positivo ao promover a solidariedade junto a grupos ou comunidades vulneráveis com ações próprias ou em parceria com organizações da sociedade civil, a Sabesp desenvolve o **Programa Voluntariado Empresarial**. Em 2022, a Companhia deu continuidade à reorganização do programa e implantação da Política de Doações e Contribuições Voluntárias, que trouxe diretrizes importantes para doações em situação de calamidade pública ou interesse público, além de vedações para campanha política, partidos ou candidatos. No período, foram beneficiadas 500 mil pessoas com algum tipo de auxílio.

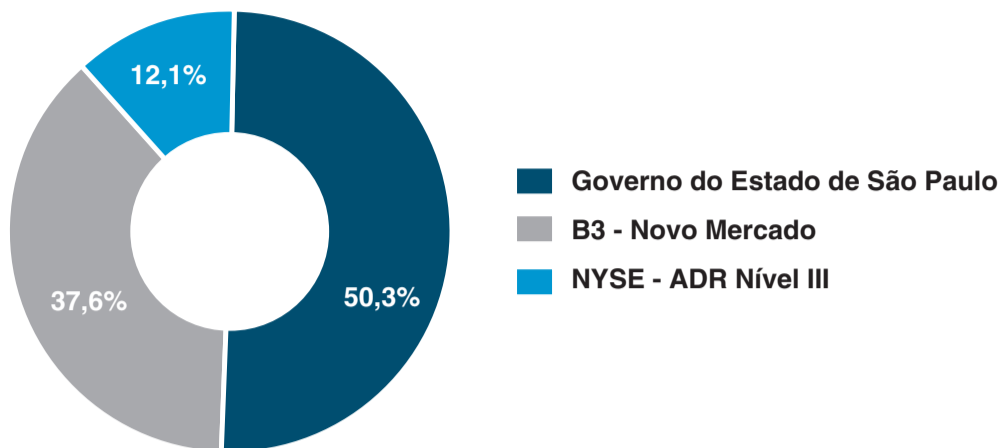
A Sabesp também promove ações voltadas ao uso eficiente e responsável da água, difundindo a mensagem de conscientização sobre a finitude dos recursos hídricos. As incertezas climáticas recentes reforçam a importância destas iniciativas, que vêm contribuindo para a redução média per capita do consumo de água nos últimos anos.

Além das campanhas publicitárias, a Companhia mantém o **Programa de Uso Racional da Água (PURA)**, que atua na readequação da estrutura hidráulica de prédios públicos para reduzir perdas, em campanhas educativas incluindo orientações práticas a funcionários e alunos da rede de colégios estaduais. Pelo PURA, os imóveis que reduzem o consumo são beneficiados com a redução de 25% no valor da tarifa.

### Governança

A Sabesp é uma sociedade de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, que detém a maior parte das ações da Companhia. O restante das ações é negociado na bolsa de valores de São Paulo, no segmento Novo Mercado, e de Nova York, na forma de *American Depositary Receipts* Nível III. A Companhia foi a primeira do setor de saneamento brasileiro a integrar ambos os segmentos, em 2002, e a governança corporativa robusta e consolidada é uma das suas forças.

### Distribuição do Capital Social (31/12/2022)



Por ser uma empresa de controle estatal e que atua em ambiente regulado, está sujeita também aos controles de órgãos reguladores ambientais e setoriais, assim como ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), manifestou concordância sobre o prosseguimento das tratativas para contratação de serviços de consultoria para estudos sobre a Desestatização da Sabesp. Até o momento, não há indicação do modelo que será adotado e dos impactos para a Companhia.

As diretrizes estratégicas da Companhia são estabelecidas pelo Conselho de Administração, que atualmente é composto por 10 membros, sendo um deles o Diretor-Presidente e outro o conselheiro representante dos empregados. Metade dos conselheiros são independentes, sendo que um deles é o representante dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, composto integralmente por conselheiros de administração independentes.

A Diretoria, que foi renovada no início de 2023, é responsável pela gestão executiva da Companhia e é composta atualmente por seis membros, sendo que metade das posições são ocupadas por mulheres. Para mais informações sobre o perfil dos membros da Diretoria, acesse <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/conselhos-comites-do-conselho-e-diretoria/>.

A Companhia realiza anualmente, por meio de consultoria independente, avaliação do Conselho de Administração, dos comitês estatutários e da Diretoria e seus comitês, de maneira colegiada e individual, explorando questões relacionadas ao desempenho e à conduta. O resultado da avaliação é utilizado para orientar a implementação de melhorias na organização e identificar temas que devem ser desenvolvidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

A Companhia possui ainda um Conselho Fiscal permanente, instalado desde a sua criação, composto atualmente por quatro membros efetivos e cinco suplentes, incluindo os representantes dos acionistas minoritários (efetivo e suplente).

O valor da remuneração global anual a ser paga aos Administradores e aos membros dos comitês estatutários e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração total paga em 2022, em valores brutos, considerando os benefícios, foi de R\$ 6,6 milhões, incluindo cerca de R\$ 1,3 milhão referente à remuneração variável dos diretores.

### Integridade

O Código de Conduta e Integridade é o principal instrumento organizacional para disseminar tanto a conduta ética esperada, como as práticas não toleradas pela Companhia, orientando seus conselheiros, diretores, empregados, aprendizes, estagiários, prestadores de serviços e parceiros, ao se vincularem à Sabesp, a desenvolverem a cultura da integridade. Para assegurar que ele seja observado, a Companhia disponibiliza o Canal de Confiança, destinado à solução de dúvidas e à orientação dos colaboradores, e o Canal de Denúncia, com objetivo de detectar e monitorar desvios de conduta, que são apuradas e estão sujeitas a medidas disciplinares.

O Programa de Integridade da Companhia oferece um conjunto de medidas anticorrupção, antifraude e antissuborno para prevenção, detecção e remediação de riscos que possam levar à caracterização de descumprimento de leis, regulamentações e instrumentos organizacionais, incluindo atos lesivos contra a administração pública.

Para disseminar e fomentar a cultura da integridade, desenvolvemos ações de comunicação e treinamento contínuos direcionados a todos os nossos colaboradores, incluindo os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos comitês estatutários. Dentre todos os treinamentos sobre prevenção e combate à fraude, suborno, corrupção e relacionamento com agente público realizados no ano, foram registradas mais de 21 mil participações.

Para engajar colaboradores e a liderança sobre temas como nepotismo, conflito de interesses, doações, patrocínios, presentes e hospitalidades, entre outros, a Companhia lançou em 2022 o projeto **Momentos da Conformidade**.

Em 2022, a Sabesp realizou 171 análises de transações, com foco em conflito de interesse envolvendo partes relacionadas e 52 análises reputacionais (Background Check de Integridade).

A Sabesp considera que suas políticas e controles de integridade são robustos, no entanto, para os casos de eventual violação das nossas regras, a Companhia instituiu um Canal de Denúncia externo, administrado por empresa terceira especializada, com o objetivo de detectar e monitorar desvios de conduta (assédios, fraudes e corrupção).

Em 2022, foram registradas 396 ocorrências no Canal de Denúncias e aplicadas 48 penalidades, entre empregados próprios e terceirizados: 21 advertências, duas suspensões e 25 demissões. Destaca-se que, dentre os casos averiguados e as penalidades aplicadas, não há indícios da participação de empregados da Companhia em atos de corrupção.

Em reconhecimento ao comprometimento da Companhia com o comportamento ético nos seus negócios, a Sabesp, por dois ciclos consecutivos, recebeu o selo de Empresa Pro-Ética da Controladoria-Geral da União. Também obteve notas superiores a nove na autoavaliação realizada em 2022 pela plataforma do Instituto Ethos, demonstrando elevada maturidade do seu Programa de Integridade.

### Gestão de Riscos

Para gerenciar seus riscos, a Sabesp tem uma estrutura organizacional no nível executivo vinculada administrativamente e liderada pelo Diretor-Presidente. A gestão dos riscos é desempenhada pelas diversas áreas da Companhia, pelos órgãos de governança, e tem o suporte da Comissão de Gestão de Riscos Corporativos.

A fim de garantir uma gestão de riscos sistemática e padronizada, a Sabesp adota uma política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração e que está aderente ao framework do COSO - ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management 2017*), às normas ABNT NBR ISO 31.000:2018 e ABNT ISO GUIA 73.

O gerenciamento dos riscos na Companhia abrange os principais riscos corporativos (regulatórios, climáticos, cibernéticos, financeiros e relacionados ao nosso negócio), que são classificados com base na sua natureza, impacto, probabilidade e criticidade.

Em 2022, o grau de maturidade do processo de Gestão de Riscos da Sabesp foi submetido à avaliação de empresa especializada independente, que aplicou a metodologia de avaliação de maturidade de riscos utilizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU, considerando as dimensões: ambiente, processos, parcerias e resultado, além dos critérios de avaliação, formalização, padronização e conteúdo. A nota final obtida pela Sabesp foi de 3,33 (faixa entre 0-4), indicando que a Companhia tem em um nível avançado de maturidade de gestão de riscos e está posicionada entre as melhores empresas brasileiras.

### Controles Internos

Os controles internos são avaliados anualmente, de forma estruturada, de acordo com as diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, estando aderente à seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley (SOX)* e à Lei Federal nº 13.303/2016.

A revisão do processo de avaliação dos controles internos considera novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, além de possíveis alterações significativas nos processos, sistemas informatizados e ambiente tecnológico.

Os testes de controles internos são realizados pela área de auditoria interna que, em 2022, foi certificada pela 2ª vez em *Quality Assessment* pelo Instituto dos Auditores Internos (The IIA).

Em 2021, a avaliação sobre a eficácia, que abrangeu 230 controles internos, não identificou qualquer deficiência considerada material. Os testes relativos ao exercício 2022, em linha com o cronograma da auditoria independente, serão concluídos em abril de 2023.

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais e de projetos de financiamento são realizadas por auditores externos, garantindo a confiabilidade dos dados apresentados, esforço que foi mais uma vez reconhecido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), que premiou a Sabesp com o **Troféu Transparência 2022**, na categoria Empresas de Capital Aberto com receita líquida de até R\$ 20 bilhões.

Atualmente, contamos com a auditoria externa da Grant Thornton Auditores Independentes, que teve o início das atividades na revisão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2020.

Para mais informações sobre a estrutura e funcionamento da Governança Corporativa da Sabesp, acesse as seções do item "Governança Corporativa" no website da Companhia (<https://ri.sabesp.com.br>).



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.867.485	717.929	Empreiteiros e fornecedores		430.946	236.763
Aplicações financeiras	8	1.677.873	2.433.385	Empréstimos e financiamentos	17	2.245.960	1.830.617
Contas a receber de clientes	10 (a)	3.062.574	2.695.077	Obrigações sociais e trabalhistas	21	498.504	426.616
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	205.793	173.657	Impostos e contribuições a recolher	18 (b)	293.461	257.130
Estoques		124.247	113.506	Juros sobre o capital próprio a pagar	24 (b)	741.725	548.006
Caixa restrito	9	37.474	28.467	Provisões	20 (a)	924.038	809.821
Impostos a recuperar	18 (a)	242.906	276.104	Serviços a pagar	23	723.242	469.027
Outros ativos		66.312	64.873	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	222.413	142.757
Total do ativo circulante		7.284.664	6.502.998	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	100.188	77.652
Não circulante				Outras obrigações		476.865	294.538
Contas a receber de clientes	10 (a)	215.234	223.234	Total do passivo circulante		6.657.342	5.092.927
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	950.950	644.895	Não circulante			
Depósitos judiciais		170.093	141.667	Empréstimos e financiamentos	17	16.712.711	15.893.219
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA		9.193	20.666	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	189.278	283.739
Outros ativos		146.362	161.369	Cofins/Pasep diferidos		159.723	159.456
Investimentos	12	110.765	79.437	Provisões	20 (a)	686.746	638.672
Propriedades para investimento	13	46.726	46.126	Obrigações previdenciárias	22	2.150.191	2.321.662
Ativo de contrato	14	8.613.968	8.550.102	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	2.736.768	2.917.428
Intangível	15	39.320.871	36.503.834	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	12.197	44.995
Imobilizado	16	338.939	291.157	Outras obrigações		569.276	881.528
Total do ativo não circulante		49.923.101	46.662.487	Total do passivo não circulante		23.216.890	23.140.699
				Total do passivo		29.874.232	28.233.626
				Patrimônio líquido			
				Capital social		15.000.000	15.000.000
				Reservas de lucros		12.155.890	9.885.485
				Ajuste de avaliação patrimonial		177.643	46.374
				Total do patrimônio líquido	24	27.333.533	24.931.859
Total do Ativo		57.207.765	53.165.485	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		57.207.765	53.165.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	28 (b)	22.055.720	19.491.061
Custo operacional	29	(14.350.903)	(12.800.042)
<b>Lucro bruto</b>		7.704.817	6.691.019
Despesas de vendas	29	(911.967)	(825.879)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	29	(782.057)	(643.730)
Despesas administrativas	29	(1.398.507)	(1.124.069)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	8.327	(21.841)
Equivalência patrimonial	12	24.551	22.079
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		4.645.164	4.097.579
Despesas financeiras	30	(1.956.266)	(1.448.295)
Receitas financeiras	30	1.091.531	472.408
Variações cambiais, líquidas	30	492.321	48.464
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		(372.414)	(927.423)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		4.272.750	3.170.156
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19 (d)	(1.230.234)	(961.556)
Diferido	19 (d)	78.751	97.269
		(1.151.483)	(864.287)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		3.121.267	2.305.869
<b>Lucro por ação - básico e diluído (em reais)</b>	25	4,57	3,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		3.121.267	2.305.869
Outros resultados abrangentes		131.269	447.376
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos, líquidos de impostos	22	131.269	447.376
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		3.252.536	2.753.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
<b>Receitas</b>			
Serviços de saneamento	28 (a)	18.629.959	16.304.206
Construção	28 (b)	4.863.752	4.376.739
Outras receitas		71.258	96.303
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(782.057)	(643.730)
		22.782.912	20.133.518
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos operacionais e de construção		(8.617.332)	(7.885.098)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(1.610.864)	(1.293.488)
Outras despesas operacionais	31	(56.311)	(93.718)
		(10.284.507)	(9.272.304)
<b>Valor adicionado bruto</b>		12.498.405	10.861.214
<b>Retenções</b>			
Depreciação e amortização	29	(2.450.849)	(2.253.322)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		10.047.556	8.607.892
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	12	24.551	22.079
Receitas financeiras		1.154.237	495.410
		1.178.788	517.489
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		11.226.344	9.125.381
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		1.891.145	1.688.099
Benefícios		626.689	565.698
FGTS		142.969	127.421
		2.660.803	2.381.218
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		3.108.831	2.499.208
Estaduais		159.245	151.193
Municipais		63.307	63.846
		3.331.383	2.714.247
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros, variações cambiais e monetárias		2.087.049	1.700.587
Aluguéis		25.842	23.460
		2.112.891	1.724.047
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Juros sobre o capital próprio	24 (b)	741.301	547.645
Lucros retidos		2.379.966	1.758.224
		3.121.267	2.305.869
<b>Valor adicionado distribuído</b>		11.226.344	9.125.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	4.272.750	3.170.156
<b>Ajustes para reconciliação do lucro líquido:</b>		
Depreciação e amortização	2.450.849	2.253.322
Valor residual do imobilizado, intangível e propriedades para investimentos baixados	10.110	27.754
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	782.057	643.730
Provisões e variações monetárias de provisões	630.689	380.624
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	1.091.592	647.980
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	(301.716)	177.269
Juros e variações monetárias passivas	22.225	37.202
Juros e variações monetárias ativas	(400.057)	(171.173)
Encargos financeiros de clientes	(328.486)	(349.491)
Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(109.369)	(98.402)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Programa de Retenção de Conhecimento (PRC)	(1.238)	3.195
Resultado da equivalência patrimonial	(24.551)	(22.079)
Juros e variação monetária PPP	489.197	464.398
Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	167.714	131.878
Obrigações previdenciárias	183.262	176.673
Outros ajustes	15.488	15.152
<b>8.950.516</b>	<b>7.488.188</b>	
<b>Varição no ativo</b>		
Contas a receber de clientes	(489.885)	(742.260)
Saldos e transações com partes relacionadas	(295.091)	20.665
Estoques	(10.741)	(8.658)
Impostos a recuperar	33.198	(253.432)
Depósitos judiciais	5.348	43.865
Outros ativos	18.264	31.386
<b>Varição no passivo</b>		
Empreiteiros e fornecedores	(220.462)	(245.501)
Serviços a pagar	86.501	(116.601)
Obrigações sociais e trabalhistas	73.126	12.478
Impostos e contribuições a recolher	120.853	196.255
Cofins/Pasep diferidos	267	10.012
Provisões	(468.398)	(184.433)
Obrigações previdenciárias	(239.174)	(215.937)
Outras obrigações	(722.549)	(68.260)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>6.841.773</b>	<b>5.967.767</b>
Juros pagos	(1.505.488)	(845.445)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.368.686)	(1.208.569)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>3.967.599</b>	<b>3.913.753</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo de contrato e intangíveis	(3.550.537)	(3.696.669)
Caixa restrito	(9.007)	7.275
Aplicações financeiras	755.512	1.076.468
Propriedades para investimento	(648)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(73.668)	(50.281)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.878.348)</b>	<b>(2.663.207)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos		
Captações	2.807.026	2.922.811
Amortizações	(1.536.724)	(2.896.604)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(603.541)	(254.218)
Parceria Público-Privada - PPP	(590.201)	(579.486)
Compromissos Contratos de Programa	(16.255)	(121.521)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>60.305</b>	<b>(929.018)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>1.149.556</b>	<b>321.528</b>
<b>Representado por:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	717.929	396.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.867.485	717.929
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>1.149.556</b>	<b>321.528</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo mínimo complementar	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		15.000.000	1.417.072	6.751.258	26.376	-	(401.002)	22.793.704
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.305.869	-	2.305.869
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-	-	447.376	447.376
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	2.305.869	447.376	2.753.245
Reserva legal	24 (b)	-	115.293	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,80122 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(115.293)	-	(115.293)
Dividendos mínimos complementares de 2020, aprovados (R\$ 0,03859 por ação)		-	-	-	(26.376)	-	-	(26.376)
Dividendos mínimos complementares (R\$ 0,14148 por ação)	24 (b)	-	-	-	96.700	(96.700)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(41.069)	-	-	(41.069)
Transferências para reserva de investimentos	24 (e)	-	-	1.546.231	-	(1.546.231)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		15.000.000	1.532.365	8.297.489	55.631	-	46.374	24.931.859
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.121.267	-	3.121.267
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-	-	131.269	131.269
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	3.121.267	131.269	3.252.536
Reserva legal	24 (b)	-	156.063	-	-	(156.063)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,08455 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(741.301)	-	(741.301)
Dividendos mínimos complementares de 2021, aprovados (R\$ 0,08139 por ação)		-	-	-	(55.631)	-	-	(55.631)
Dividendos mínimos complementares (R\$ 0,19145 por ação)	24 (b)	-	-	-	130.857	(130.857)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(53.930)	-	-	(53.930)
Transfer								



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 351 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuçá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Total de municípios contratualizados	351	342
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	45.292.307	42.260.091
Percentual do intangível e ativo de contrato	94,49%	93,80%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	17.767.561	15.490.808
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,37%	95,01%
Municípios com contratos vencidos:	1	8
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	11.519	214.329
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,02%	0,48%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	15.236	41.194
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,08%	0,25%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	23	25
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	1.072.138	1.127.920
Percentual do intangível e ativo de contrato	2,24%	2,50%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	711.452	653.408
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	3,82%	4,01%
Município de São Paulo:		
Percentual do intangível e ativo de contrato	43,33%	43,11%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	45,14%	44,45%

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de *American Depositary Receipts* (ADRs) *Level III*, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental, Paulista Geradora de Energia, Cantareira SP Energia, FOX URE-BA Ambiental e Infranext Soluções em Pavimentação. Embora a participação da SABESP no capital social dessas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto para a Saneagua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

#### Instabilidade econômica agravada pela COVID-19

Em relação aos efeitos da Covid-19, a Companhia ressalta que em 2020 houve a migração do volume faturado das categorias pública, comercial e industrial que possuem tarifas médias mais elevadas para a categoria residencial. No entanto, desde 2021 nota-se retorno do volume faturado para essas categorias e, conseqüentemente, recuperação no preço médio das tarifas.

As despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ainda demonstram crescimento, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na inadimplência em 2022.

#### Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa, promove incentivo à prestação regionalizada dos serviços para propiciar os ganhos de escala e prevê o fortalecimento da regulação dos serviços.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Em 31 de maio de 2021, foi editado o Decreto Federal nº 10.710, que regulamenta o Art. 10-B da Lei nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização até 2033. O referido Decreto impôs métricas de avaliação econômico-financeira dos prestadores de serviços para comprovação de sua capacidade de realizar investimentos no prazo pretendido, além de uma série de condicionantes para que os contratos vigentes possam ser considerados regulares, cujas eventuais adaptações deveriam ocorrer até 31 de março de 2022, em linha com o determinado no Art. 11-B, §1º, do Novo Marco Legal.

Em atendimento ao referido Decreto, a Companhia apresentou em 30 de dezembro de 2021 requerimento à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, contendo os documentos que comprovavam sua capacidade de manter a prestação dos serviços na área operada com atendimento às metas de universalização de água e de coleta e tratamento de esgoto até 2033 estipuladas pelo Novo Marco Legal, atestadas por auditor e certificador independentes. Em 28 de março de 2022 a ARSESP reconheceu a capacidade econômico-financeira da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

Neste novo contexto, a Companhia considera importante destacar que: i) possui 366 contratos regulares que já foram adaptados às disposições do Novo Marco Legal, que asseguram 99,5% da receita; ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; e iii) conta com elevado nível de governança.

A expectativa da Administração da Companhia é que com a retomada gradual das atividades econômicas, o aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer os investimentos necessários.

#### Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

#### 2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

#### 3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, e foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

##### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

##### 3.2 Ativos e passivos financeiros

###### Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e de valor justo por meio do resultado.

###### Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

###### Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (*Impairment*)

##### Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Além disso, considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tiveram impacto em suas estimativas, pois realizou análises de correlação desses indicadores e seu histórico de inadimplência e não resultou em correlação significativa entre eles.

##### Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 3.3 Receita operacional

##### (a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

##### (b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

#### 3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.2.

#### 3.5 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

#### 3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

#### 3.7 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, incluindo capitalização de mão de obra própria, margem de construção, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 (b).

#### 3.8 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

As vidas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

#### 3.9 Intangível

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.7.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais que permitem que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são registrados nas demonstrações financeiras a custo zero, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "Outras receitas operacionais".

##### (a) Contratos de concessão/programa/prestação de serviços

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a obrigação de pagar pelos serviços.

Ativos intangíveis relacionados às concessões são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (c).

##### (b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

#### 3.10 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (*impairment*)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### 3.11 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivos não circulantes.

### 3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 17. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

### 3.13 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação cambial.

Os custos que são atribuídos à aquisição, construção, produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares.

### 3.14 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

### 3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada considerando a natureza dessas obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, com base no direito legal de compensação.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante e corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

### 3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

### 3.17 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios; além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

### 3.18 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pasesp - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, exceto para as receitas financeiras que são calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os tributos referentes a Pasesp e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. As rubricas "outras receitas operacionais" e "receitas financeiras" são apresentadas líquidas desses tributos na demonstração do resultado.

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP, calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

### 3.19 Plano de previdência privada

#### (a) Benefício definido

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinados, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

#### (b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, aos planos de benefício previdenciário por ela patrocinados, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

### 3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, Parceria público-privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

### 3.21 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (nota 15 (f)) e no passivo como Arrendamentos (nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5 mil), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

### 3.22 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

### 3.23 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

### 3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

### 3.25 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3.26 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho. A Companhia determinou que possui um segmento operacional que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada. Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

### 3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### (b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.13.

## 4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

### 4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As alterações as normas CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual; CPC 27 / IAS 16 - Recursos Antes do Uso Pretendido; CPC 25 (R1) / IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato e melhorias anuais aos CPCs / IFRSs: Ciclo 2018-2020: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 29 / IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, não trouxeram impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

### 4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro <sup>1</sup>	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. O CPC 50 / IFRS 17 substituirá o CPC 11 / IFRS 4 Contratos de Seguro.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i> <sup>2</sup>	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos oriundos das alterações.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes <sup>1</sup>	Estas alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Adicionalmente, esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras <sup>1</sup> e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis <sup>3</sup>	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 (R1) / IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições não importantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis <sup>1</sup>	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída, no entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (" <i>single transaction</i> ") <sup>1</sup>	As alterações introduzem uma exceção adicional à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.

- Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB.
- As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

### 5 Gestão de risco

#### 5.1 Gestão de Risco Financeiro

##### Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

#### (a) Risco de mercado

##### Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros atrativas, sendo tais financiamentos em dólar norte-americano e em iene.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de *hedge* ou *swap* e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Parte da dívida financeira no valor total de R\$ 2.809.441 em 31 de dezembro 2022 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.321.489), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$
Empréstimos e financiamentos - US\$	191.022	996.695	163.538	912.624
Empréstimos e financiamentos - Iene	45.369.189	1.795.259	49.324.813	2.390.774
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - US\$		6.985		4.121
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - Iene		10.502		13.970
Total da exposição		2.809.441		3.321.489
Custo de captação - US\$		(31.037)		(22.486)
Custo de captação - Iene		(2.646)		(2.850)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		2.775.758		3.296.153

O decréscimo de 15,8% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021 foi impactado principalmente pelas desvalorizações do dólar e do iene frente ao real.

O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Varição
	US\$	R\$ 5,2177	R\$ 5,5805
Iene	R\$ 0,03957	R\$ 0,04847	-18,4%

Em 2022 ocorreu uma redução relativa à variação cambial nos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 488.614 (em 2021 - R\$ 38.324 de redução), vide Nota 17 (ii). Em 31 de dezembro de 2022, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos em 2022 teria sido de R\$ 280.944 (em 2021 - R\$ 332.149), para mais ou para menos.

O cenário provável, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene.

A Companhia entende que o cenário apresentado é razoável dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene.

	Cenário provável	
	2022	2021
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2022 em US\$ - Passiva</b>	191.022	
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2022	5,2177	
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,2700	
Diferença entre as taxas	(0,0523)	
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(9.990)	
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2022 em Iene - Passiva</b>	45.369.189	
Taxa do Iene em 31 de dezembro de 2022	0,03957	
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,04203	
Diferença entre as taxas	(0,00246)	
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(111.608)	
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(121.598)	

(\*) Para os cenários prováveis em dólar e iene, foram utilizadas as taxas de câmbio projetadas para 31 de dezembro de 2023, conforme Focus-BACEN e relatório de Taxas Referenciais da B3, de 31 de dezembro de 2022, respectivamente.

#### Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
CDI (i)	9.251.150	7.612.299
TR (ii)	1.635.587	1.638.079
IPCA (iii)	3.073.435	3.019.459
TJLP (iv)	1.433.029	1.478.740
SOFR (v)	996.697	912.626
Juros e encargos	424.856	243.696
Total	16.814.754	14.904.899

(i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(ii) TR - Taxa Referencial de Juros

(iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(v) SOFR - Secured Overnight Financing Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 168.148 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 149.049) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. O risco de crédito com clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme demonstrado a seguir:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA(bra)	AAA.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	AAA.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AAA(bra)	AAA.br	-
Banco BV	-	AA.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AA(bra)	AAA.br	brAAA

O quadro a seguir apresenta a avaliação de *rating* divulgada pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
AA(bra)	2.237.629	1.905.810
AAA(bra)	1.011.685	970.474
Outros (*)	296.044	275.030
	3.545.358	3.151.314

(\*) Está incluído nesta categoria, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 289.908 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 262.465) referente ao Banco BV, contas correntes e aplicações financeiras, os quais não possuem classificação pela Fitch.

#### (c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022.

	2028 em						Total
	2023	2024	2025	2026	2027	diante	
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	3.640.245	3.740.510	3.790.915	3.503.169	3.821.448	13.422.829	31.919.116
Empreiteiros e fornecedores	430.946	-	-	-	-	-	430.946
Serviços a pagar	723.242	-	-	-	-	-	723.242
Parceria Público-Privada - PPP	517.681	423.568	386.767	386.767	386.767	3.733.287	5.834.837
Compromissos Contrato de Programa	100.022	1.174	1.174	1.174	1.174	12.352	117.070
Total	5.412.136	4.165.252	4.178.856	3.891.110	4.209.389	17.168.468	39.025.211

#### Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

#### (d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com o CPC 40 (R1). O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2022 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro, considerando um cenário provável.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	31 de dezembro de 2022	
	Exposição	Cenário provável
<b>Ativo</b>		
CDI	1.689.876	13,4200%(**)
Receita financeira		226.781
<b>Passivo</b>		
CDI	(9.251.150)	13,4200%(**)
Juros a incorrer		(1.241.504)
Exposição líquida - CDI	(7.561.274)	(1.014.723)
<b>Passivo</b>		
TR	(1.635.587)	0,0205%(**)
Despesa a incorrer		(335)
IPCA	(3.073.435)	5,3128%(**)
Despesa a incorrer		(163.285)
TJLP	(1.433.029)	7,2000%(**)
Juros a incorrer		(103.178)
SOFR (***)	(996.697)	0,0491%(**)
Juros a incorrer		(489)
Despesas totais líquidas a incorrer		(1.282.010)

(\*) Fonte dos índices: BACEN de 31 de dezembro de 2022

(\*\*) Fonte dos índices: B3 de 31 de dezembro de 2022

(\*\*\*) Fonte Bloomberg



**Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**5.2 Gestão de capital**

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para aumentar seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	18.958.671	17.723.836
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.867.485)	(717.929)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(1.677.873)	(2.433.385)
Dívida líquida	15.413.313	14.572.522
Total do Patrimônio Líquido	27.333.533	24.931.859
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	42.746.846	39.504.381
Índice de alavancagem	36%	37%

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de alavancagem diminuiu para 36% em comparação aos 37% de 31 de dezembro de 2021, principalmente pelo acréscimo no patrimônio líquido, decorrente do lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**5.3 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

**5.4 Instrumentos financeiros**

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada - PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são:

**Ativos Financeiros**

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.867.485	1.867.485	717.929	717.929
Aplicações financeiras	1.677.873	1.677.873	2.433.385	2.433.385
Caixa restrito	37.474	37.474	28.467	28.467
Contas a receber de clientes	3.277.808	3.277.808	2.918.311	2.918.311
ANA	9.193	9.193	20.666	20.666
Outros ativos	212.674	212.674	226.242	226.242

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.156.743 (R\$ 818.552 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$ 1.060.040 (R\$ 741.910 em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

**Passivos Financeiros**

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	18.958.671	19.260.133	17.723.836	17.947.954
Empreiteiros e fornecedores	430.946	430.946	236.763	236.763
Serviços a pagar	723.242	723.242	469.027	469.027
Compromisso Contratos de Programa	112.385	112.385	122.647	122.647
Parceria Público-Privada - PPP	2.959.181	2.959.181	3.060.185	3.060.185

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgadas pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- Financiamentos - BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, refletem as condições para esses tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.
- Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.
- Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas mais a taxa futura da SOFR, obtida na *Bloomberg*, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022.
- Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda dólar e descontados a valor presente utilizando a curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022.
- Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, tendo em vista os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

**6 Principais julgamentos e estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração divulgue julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

**6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis**

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aquelas que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

**6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas**

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

**(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.2 e 3.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre os quais, a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

**(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa**

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de Contrato e estão descritos na Nota 3.7.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.9 e 15.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis, decorrente da troca de ativos, envolvendo contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

**(c) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão**

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.19 e 22.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

**(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e líquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.17 e 19.

**(e) Provisões**

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.15 e 20. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

**(f) Receita não faturada**

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.3 e 10.

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	139.844	146.853
Equivalentes de caixa	1.727.641	571.076
Total	1.867.485	717.929

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 95,69% do CDI (em 31 de dezembro de 2021 - 96,00%).

**8 Aplicações financeiras**

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB, com liquidez diária, as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Banco BV	289.909	262.465
Banco Itaú Unibanco S/A	403.732	366.906
Banco Bradesco S/A	578.752	524.791
Banco BTG Pactual S/A	404.363	367.361
Banco do Brasil S/A	1.117	911.862
	1.677.873	2.433.385

Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração média das aplicações financeiras correspondia a 102,90% do CDI (em 31 de dezembro de 2021 - 101,57%).

**9 Caixa restrito**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	30.231	21.464
Caixa Econômica Federal - depósito judicial	433	740
Outros	6.810	6.263
	37.474	28.467

(i) Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

**10 Contas a receber de clientes**

**(a) Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Particulares:		
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.287.782	2.042.023
Acordos (iii)	416.550	514.616
	2.704.332	2.556.639
Entidades governamentais:		
Municipais	609.731	586.810
Federais	10.644	7.869
Acordos (iii)	372.943	278.844
	993.318	873.523
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	4.048	3.580
São Caetano do Sul	45.367	24.464
Total por atacado - Prefeituras Municipais	49.415	28.044
Fornecimento a faturar	959.260	740.193
Subtotal	4.706.325	4.198.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.428.517)	(1.280.088)
Total	3.277.808	2.918.311
Circulante	3.062.574	2.695.077
Não circulante	215.234	223.234
Total	3.277.808	2.918.311

- Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

**(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	2.244.754	1.896.535
Vencidos:		
Até 30 dias	489.709	502.164
Entre 31 e 60 dias	248.128	267.723
Entre 61 e 90 dias	165.306	182.977
Entre 91 e 120 dias	150.941	155.018
Entre 121 e 180 dias	281.530	258.718
Entre 181 e 360 dias	58.702	95.751
Acima de 360 dias	1.067.255	839.513
Total vencidos	2.461.571	2.301.864
Total	4.706.325	4.198.399

**(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Movimentação do ativo</b>		
Saldo no início do exercício	1.280.088	1.157.619
Perdas	209.360	182.547
Recuperações	(60.931)	(60.078)
Saldo no final do exercício	1.428.517	1.280.088

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado</b>		
Baixas	(636.366)	(508.055)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	2.738	(13.206)
(Perdas) com particular/entidades públicas	(209.360)	(182.547)
Recuperações	60.931	60.078
Valor contabilizado como despesa (Nota 29)	(782.057)	(643.730)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui precatórios emitidos em seu favor no valor atualizado de R\$ 2.807.318, que não estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, decorrente da dificuldade de ter uma estimativa razoável para mensuração destes ativos, devido às incertezas apresentadas quanto ao início e término de sua realização. Os precatórios são reconhecidos quando do início do seu recebimento ou quando negociado.

	31 de dezembro de 2022
<b>Devedor</b>	
Município de São Paulo	2.656.113
Município de Cotia	13.729
Município de Cachoeira Paulista	103.729
Outros	33.804
TOTAL	2.807.318



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### 11 Saldos e transações com partes relacionadas

#### (a) Estado de São Paulo

#### (i) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento (ii)	144.937	127.614
Perdas estimadas	(49.595)	(52.333)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (iii) e (iv)	13.376	11.930
- Acordo GESP - 2015 (vi)	97.075	86.446
Total do circulante	205.793	173.657
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	1.361
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP - 2015 (vi)	949.589	643.534
Total do não circulante	950.950	644.895
Total de recebíveis	1.156.743	818.552
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	96.703	76.642
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	1.060.040	741.910
Total	1.156.743	818.552
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar	372.550	275.240

	2022	2021
Receita de serviços de saneamento	661.955	522.608
Recebimentos de partes relacionadas	(632.501)	(439.349)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(186.690)	(179.787)

#### (ii) Serviços de saneamento

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.

#### (iii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo GESP assinado em 2001, o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Conforme explicitado no item (iv), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 22 (ii).

Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.

#### (iv) Valores Controversos

Em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE, recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.482.140 e R\$ 1.375.137, respectivamente, sendo que foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante integral.

#### (v) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.002.075 e R\$ 2.192.062, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 22.

#### (vi) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O valor principal está sendo pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 que está sendo pago em 156 parcelas mensais, atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

A ação que contestava a possibilidade de transferência dos Reservatórios teve a sentença publicada no Diário Oficial do Estado, em 22 de julho de 2022, impedindo a transferência dos Reservatórios para a SABESP. Assim, conforme previsto no acordo, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao valor principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027 (valor atualizado até fevereiro de 2015), parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos em abril de 2030. O valor será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e, a partir daquela data, incidirá atualização monetária pelo IPCA, mais juros simples de 0,5% ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em julho de 2022, foi registrado o montante de R\$ 325.561, relativo ao valor da correção monetária até julho de 2022, ajustada a valor presente nessa mesma data.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber era de R\$ 97.075 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 86.446) e R\$ 949.589 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 643.534).

#### (b) Utilização de Reservatórios - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os Reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 8.456 e R\$ 95.033 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 7.956 e R\$ 88.264), registrados nas rubricas de "Outras obrigações", nos passivos circulante e não circulante, respectivamente. Em 2022 foi pago o montante de R\$ 8.963.

#### (c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

#### (d) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 17.

#### (e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados.

Em 2022, os gastos com os empregados cedidos a outras entidades estaduais somaram R\$ 800 (em 2021 - R\$ 734).

Não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2022 e 2021.

#### (f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

#### (g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 148.116 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 129.600), vide Nota 22.

#### (h) Remuneração do Conselho Fiscal e da Administração

A remuneração dos Diretores, dos membros do Comitê Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A.

O CODEC estabelece que nas empresas de capital aberto e listadas no segmento Novo Mercado da B3, controladas pelo Estado, a proposta de remuneração global e individual dos órgãos estatutários deve ser elaborada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Política Institucional de Remuneração e submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores - vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento adicional correspondente a um terço dos honorários mensais por ocasião do referido descanso), e FGTS.

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal de cada Diretor, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador e da Administração foram de R\$ 6.175 e R\$ 6.369 para os anos de 2022 e de 2021, respectivamente.

Quantias adicionais de R\$ 1.305 e R\$ 1.440, referentes ao programa de bônus dos diretores, foram registradas nos anos de 2022 e de 2021, respectivamente.

#### (i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

#### Aquapolo Ambiental

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 12.953, contabilizado no ativo circulante, na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 11.884 e R\$ 11.021, contabilizados no ativo circulante e ativo não circulante, na rubrica "Outros ativos", respectivamente), sendo os juros calculados à taxa do CDI + 1,2% ao ano.

Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

#### Águas de Andradina

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Águas de Andradina S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 242 e R\$ 2.814, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 34 e R\$ 1.009), sendo os juros calculados à taxa do CDI + 3% ao ano.

Este contrato foi assinado em 17 de agosto de 2021. O principal juntamente com o reajuste, juros acumulados, e eventuais impostos deverão ser integralmente quitados até 31 de agosto de 2025.

#### (j) FEHIDRO

Em abril de 2021 a Companhia formalizou três contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Os recursos serão destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário nos municípios de São Paulo, Itapeerica da Serra e Vargem Grande Paulista. O valor total do investimento é de R\$ 10,8 milhões, dos quais, R\$ 8,7 milhões, ou 80% do total, serão financiados pelo FEHIDRO e, R\$ 2,1 milhões, ou 20% do total, de contrapartida da SABESP. A taxa de juros do financiamento é 3,00% a.a., com prazo total de 59 meses, sendo 18 meses de carência e 41 meses de amortização.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo desses financiamentos era de R\$ 5,1 milhões (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 4,7 milhões).

### 12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (*joint venture* ou "negócios em conjunto" - CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

#### (a) Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da empresa era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 36% de participação acionária e a GS Inima 64%.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

#### (b) Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

#### (c) Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.276 ações nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

#### (d) Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da empresa era de R\$ 23.494, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

#### (e) Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reúso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a GS Inima Industrial detém 51%.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

#### (f) Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. (Tecniplan), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guarau e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da empresa era de R\$ 13.756, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecniplan detém 37,5%. Em outubro de 2022 foi aprovado aumento de capital no total de R\$ 20.310, sendo o valor de R\$ 5.077 ou 25% do valor de responsabilidade da Companhia totalmente integralizado em 2022. O capital a integralizar de R\$ 15.233 pela Servtec e Tecniplan será realizado em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

#### (g) Cantareira SP Energia

Em 28 de outubro de 2022, a empresa Cantareira SP Energia S/A foi constituída com o objeto social de desenvolver, produzir e comercializar energia fotovoltaica; comercializar, comprar e vender energia; realizar locação, comodato e arrendamento de ativos próprios ou de terceiros; realizar operação e manutenção de plantas de geração de energia; e obter participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da empresa era de R\$ 1.000, divididos em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária e a Pacto SP Energia I Ltda. detém 51%.

Em 31 de dezembro de 2022 as operações ainda não haviam sido iniciadas.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(h) **FOXX URE-BA Ambiental S/A**

Em 22 de dezembro de 2022, a SABESP adquiriu ações da Empresa FOXX URE-BA Ambiental S/A, pelo valor de R\$ 40.000 para aquisição de 20% do capital social da empresa, correspondente a R\$ 13.852. A diferença paga no valor de R\$ 26.148 foi registrada no ativo intangível, na rubrica "Direito de uso - Investimentos". Em 23 de dezembro de 2022 foi realizado aporte pela Companhia no valor de R\$ 865. O objeto social da FOXX URE-BA é a prestação, sob o regime de concessão, de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, compreendendo a totalidade dos resíduos provenientes da coleta regular, tanto domésticos como comerciais, de varrição, podas, limpeza de vias e outros logradouros públicos e do sistema de drenagem urbana, a prestação desses mesmos serviços e a realização das atividades correlatas a terceiros com quem tenha celebrado contrato para essa finalidade, incluindo os investimentos e obras da unidade de tratamento, implantada e operada pela sociedade, para tratamento e destinação final dos resíduos, a exploração de fontes de receitas, de créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, bem como a comercialização de energia elétrica.

(i) **Infranext Soluções em Pavimentação S/A**

Em 7 de dezembro de 2022, a empresa SPE Infranext Soluções e Pavimentação S/A foi constituída com o objeto social de comercializar asfalto a frio e outros produtos relacionados, prestar serviços relacionados, bem como realizar investimentos e participação em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da empresa era de R\$ 7.050, divididos em 7.050.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital total da empresa será de R\$ 12.000, divididos em 12.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP passará a deter 45% de participação acionária e a DVS - Locação de Equipamentos Ltda 55%. O capital ainda não integralizado no valor de R\$ 4.950 será realizado pela SABESP em 2023. Em 31 de dezembro de 2022 as operações ainda não haviam sido iniciadas. O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas nas quais a Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial:

	Patrimônio líquido		Aporte	Dividendos distribuídos		Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		2022	2022	2022	2021
Sesamm	59.371	58.421	-	(13.875)	14.825	9.059	
Águas de Andradina	30.777	29.591	-	-	1.186	2.424	
Águas de Castilho	10.787	9.384	-	-	1.403	1.428	
Attend Ambiental	29.729	23.493	-	(1.941)	8.177	4.701	
Aquapolo Ambiental	73.926	58.172	-	(14.742)	30.496	25.269	
Paulista Geradora de Energia (*)	10.486	6.153	5.077	-	(744)	(539)	
Cantareira SP Energia	1.000	-	1.000	-	-	-	
FOXX URE-BA Ambiental	69.258	-	69.258	-	-	-	
Infranext Soluções em Pavimentação (**)	7.050	-	7.050	-	-	-	

(\*) A SABESP aportou o montante de R\$ 5.077, correspondente a 25% da participação. Em 31 de dezembro de 2022 faltava ser integralizado o montante de R\$ 15.233 pela Servtec e Tecniplan, correspondente aos outros 75% de participação na PGE.

(\*\*) O capital social da Infranext será de R\$ 12.000. Em 31 de dezembro de 2022, faltava ainda o aporte da SABESP no montante de R\$ 4.950.

	Investimentos		Aporte	Dividendos distribuídos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		2022	2022	2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	
Sesamm	21.374	21.032	-	(4.995)	5.337	3.261	36%	36%	
Águas de Andradina	9.233	8.877	-	-	356	700	30%	30%	
Águas de Castilho	3.236	2.815	-	-	421	433	30%	30%	
Attend Ambiental	13.379	10.572	-	(873)	3.680	5.438	45%	45%	
Aquapolo Ambiental	36.223	28.504	-	(7.224)	14.943	12.382	49%	49%	
Paulista Geradora de Energia	6.429	1.538	5.077	-	(186)	(135)	25%	25%	
Cantareira SP Energia	490	-	490	-	-	-	49%	-	
FOXX URE-BA Ambiental	13.852	-	13.852	-	-	-	20%	-	
Infranext Soluções em Pavimentação	450	-	450	-	-	-	45%	-	
Total	104.666	73.338	19.869	(13.092)	24.551	22.079			
Outros investimentos	6.099	6.099							
Total geral	110.765	79.437							

13 **Propriedades para Investimento**

Propriedades para investimento	31 de dezembro de 2021		Adições	Depreciação	31 de dezembro de 2022	
	46.126		648	(48)	46.726	

Propriedades para investimento	31 de dezembro de 2020		Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2021	
	46.274		(100)	(48)	46.126	

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 386.000.

14 **Ativo de contrato**

Total Ativo de contrato	31 de dezembro de 2021		Adições (i)	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	31 de dezembro de 2022 (iii)	
	8.550.102		5.240.528	2.702	(5.179.364)	8.613.968	

Total Ativo de contrato	31 de dezembro de 2020		Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	31 de dezembro de 2021	
	7.969.164		4.759.789	2.412	(4.181.263)	8.550.102	

- (i) As maiores adições do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e Praia Grande nos montantes de R\$ 2.267 milhões, R\$ 181 milhões e R\$ 134 milhões, respectivamente.
- (ii) As maiores transferências do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 2.640 milhões, R\$ 619 milhões e R\$ 324 milhões, respectivamente.
- (iii) As maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Franca e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 2.830 milhões, R\$ 324 milhões e R\$ 262 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ativo de contrato incluía o montante de R\$ 276.893 reconhecido como arrendamento. Os arrendamentos fazem parte do custo das obras, e desde junho de 2020, as obras complementares estão sendo executadas pela Companhia.

(a) **Capitalização de juros e demais encargos financeiros**

A Companhia capitaliza juros e variação monetária e cambial no ativo de contrato durante o período de construção. Em 2022 e 2021, a Companhia capitalizou o valor de R\$ 622.803 e R\$ 300.792, respectivamente.

(b) **Margem de construção**

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 2022 e 2021 a margem apurada foi de 2,3%. O valor da margem de construção em 2022 e 2021 foi de R\$ 109.369 e R\$ 98.402, respectivamente.

(c) **Desapropriações**

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato durante as obras. Em 2022 e 2021, o total referente às desapropriações foi de R\$ 62.599 e R\$ 67.714, respectivamente.

15 **Intangível**

(a) **Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Amortização Custo	Acumulada	Líquido	Amortização Custo	Acumulada	Líquido
Contratos de concessão - valor patrimonial	722.730	(223.404)	499.326	696.728	(205.671)	491.057
Contratos de concessão - valor econômico	1.585.271	(933.232)	652.039	1.497.968	(816.527)	681.441
Contratos de programa	26.875.408	(8.537.949)	18.337.459	24.804.170	(7.652.149)	17.152.021
Contratos de programa - compromissos	1.709.757	(444.765)	1.264.992	1.709.757	(391.800)	1.317.957
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	25.584.703	(7.714.252)	17.870.451	22.834.803	(6.676.032)	16.158.771
Licença de uso de software	1.249.881	(654.477)	595.404	1.133.833	(535.099)	598.734
Direito de uso - Outros ativos	170.921	(95.869)	75.052	173.715	(69.862)	103.853
Direito de uso - Investimentos	26.148	-	26.148	-	-	-
Total	57.924.819	(18.603.948)	39.320.871	52.850.974	(16.347.140)	36.503.834

(b) **Movimentação**

Intangíveis decorrentes de:	31 de dezembro de 2021		Adições	Transfere- ncia de ativo de contrato	Transfe- rências	Baixas e alienações	Amorti- zação	31 de dezembro de 2022	
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	491.057	-	27.166	(144)	(115)	(18.638)	499.326		
Contratos de concessão - valor econômico	681.441	13	48.428	33.576	(9)	(111.410)	652.039		
Contratos de programa (*)	17.152.021	6.635	2.132.675	2.944	(2.800)	(954.016)	18.337.459		
Contratos de programa - compromissos	1.317.957	-	-	-	-	(52.965)	1.264.992		
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	16.158.771	208	2.855.284	(41.133)	(6.063)	(1.096.616)	17.870.451		
Licença de uso de software	598.734	214	115.811	6	-	(119.361)	595.404		
Direito de uso - Outros ativos	103.853	42.182	-	-	(67)	(70.916)	75.052		
Direito de uso - Investimentos	26.148	-	-	-	-	-	26.148		
Total	36.503.834	75.400	5.179.364	(4.751)	(9.054)	(2.423.922)	39.320.871		

(\*) Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 54.356 e R\$ 168.216, respectivamente.

Intangíveis decorrentes de:	31 de dezembro de 2020		Adições	Transfere- ncia de ativo de contrato	Transfe- rências	Baixas e alienações	Amorti- zação	31 de dezembro de 2021	
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	483.775	-	24.656	467	(148)	(17.693)	491.057		
Contratos de concessão - valor econômico	734.665	-	52.275	(14)	(242)	(105.243)	681.441		
Contratos de programa (*)	16.360.307	17.690	1.640.733	13.744	(8.840)	(871.613)	17.152.021		
Contratos de programa - compromissos	1.370.923	-	-	-	-	(52.966)	1.317.957		
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	14.872.604	14.950	2.307.851	(13.827)	(13.745)	(1.009.062)	16.158.771		
Licença de uso de software	540.625	-	155.748	-	-	(97.639)	598.734		
Direito de uso - Outros ativos	42.676	140.321	-	-	(4.103)	(75.041)	103.853		
Total	34.405.575	172.961	4.181.263	370	(27.078)	(2.229.257)	36.503.834		

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 65.012 e R\$ 180.669, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020, foi assinado contrato para a prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e arrecadação de taxa do lixo no Município de Diadema pelo prazo de 40 anos. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão em fase de estudo sobre o melhor formato para a operacionalização, estando condicionado, conforme previsão contratual, a uma parceria entre a SABESP e um privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.

(c) **Intangíveis decorrentes de contratos de concessão**

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em sua maioria, fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (vide Nota 3.9 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia operava em 375 municípios no Estado de São Paulo. A maioria desses contratos tem duração de 30 anos, exceto os contratos com os municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARSESP.

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) **Contratos de concessão - valor patrimonial**

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) **Contratos de concessão - valor econômico**

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) **Contratos de programa**

Refere-se à renovação dos contratos anteriormente denominados contratos de concessão, cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (em sua maioria por 30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) **Contratos de programa - Compromissos**

Desde que a Lei do Saneamento Básico entrou em vigor em 2007 as renovações dos contratos passaram a ser realizadas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações socioambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa, os quais, em sua maioria são de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores ainda não desembolsados estavam registrados na rubrica "Compromissos contratos de programa", nos passivos circulante e não circulante nos montantes de R\$ 100.188 e R\$ 12.197 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 77.652 e R\$ 44.995), respectivamente.

(v) **Contratos de prestação de serviços - Município de São Paulo**

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência da SABESP e anuência da ARSESP, cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal e Metropolitano, quando for o caso. O Plano de Investimentos será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e da inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/2014-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo, por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Estado de São Paulo através do ofício ATG/Ofício nº 092/2014-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP. Em 9 de maio de 2018, a ARSESP anunciou o resultado final da Segunda Revisão Tarifária Ordinária e desde esse ciclo de revisão, a ARSESP está repassando às tarifas até 4% da receita municipal que é repassada pela SABESP para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura legalmente estabelecido. No âmbito da Segunda Revisão Tarifária Ordinária, que foi concluída em maio de 2018, o único contrato que previa isso e atendia às exigências da ARSESP era com o município de São Paulo. Dessa forma, 4% dos recursos



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Na época da assinatura do contrato a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou ações de cobrança das referidas contas, que permanecem em andamento e estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o contrato com o Município de São Paulo representava 45,14% e 44,45% respectivamente, da receita de serviços de saneamento da Companhia, o qual garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP.

**(d) Parceria Público-Privada - PPP**

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.

**Sistema Produtor Alto Tietê**

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A (atual SPAT Saneamento S/A), formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 14.299, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

**Sistema Produtor São Lourenço**

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Desde o início das operações, a Companhia cede mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 40.024, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. Esse valor é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da Companhia com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

As contabilizações dos ativos intangíveis foram apropriadas de acordo com a evolução física das obras e as contrapartidas são as contas das Parcerias Público-Privada - PPPs, no passivo.

As taxas de desconto utilizadas nos contratos das Parcerias Público Privada - PPP Alto Tietê e São Lourenço são de 8,20% e 7,80% ao ano respectivamente, para cálculo do ajuste a valor presente.

Os valores registrados no intangível estão demonstrados no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Alto Tietê	251.545	269.062
São Lourenço	2.725.900	2.895.798
<b>Total</b>	<b>2.977.445</b>	<b>3.164.860</b>

As obrigações assumidas pela Companhia estão demonstradas no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	91.782	36.645	128.427	69.442	102.873	172.315
São Lourenço	130.631	2.700.123	2.830.754	73.315	2.814.555	2.887.870
<b>Total</b>	<b>222.413</b>	<b>2.736.768</b>	<b>2.959.181</b>	<b>142.757</b>	<b>2.917.428</b>	<b>3.060.185</b>

**(e) Amortização do Intangível**

A taxa média de amortização foi de 5,2% e 4,9% em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

**(f) Direito de uso**

Natureza	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Arrendamentos - Ativo de Contrato	276.893	276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa		
Custo	405.431	405.446
Amortização acumulada	(182.859)	(159.765)
(=) Líquido	222.572	245.681
Outros ativos (*)		
Veículos	153.384	142.003
Imóveis	11.711	6.570
Equipamentos	5.826	9.841
Outros ativos	-	15.301
Amortização acumulada	(95.869)	(69.862)
(=) Líquido	75.052	103.853
<b>Direito de uso</b>	<b>574.517</b>	<b>626.427</b>

(\*) No período de janeiro a dezembro de 2022 foram baixados custo e amortização acumulada no momento de R\$ 44.976 (de janeiro a dezembro de 2021 - R\$ 108.406), referentes aos direitos de uso vencidos.

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 17. A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

Impacto sobre o resultado	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Amortização do direito de uso	(105.551)
Resultado financeiro - despesa de juros e variação monetária	(72.050)	(68.730)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(25.365)	(22.467)
<b>Redução do lucro do exercício</b>	<b>(202.966)</b>	<b>(166.238)</b>

**(g) Contratos de Performance**

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.

Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.

A SABESP acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos quando os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.

O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos contábeis dos contratos vigentes registrados no ativo de contrato e no intangível eram de R\$ 138.550 e R\$ 2.126.106 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 737.657 e R\$ 871.488), respectivamente.

**16 Imobilizado****(a) Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Depreciação		Taxa média	Custo	Depreciação		Taxa média	Custo
	acumulada	Líquido	anual de		acumulada	Líquido	anual de	
Terrenos	94.228	-	94.228	-	94.213	-	94.213	-
Edificações	90.311	(42.343)	47.968	2,1%	86.703	(41.205)	45.498	2,1%
Equipamentos	412.828	(291.963)	120.865	15,3%	397.782	(282.628)	115.154	15,1%
Equipamentos de transporte	12.578	(10.083)	2.495	9,9%	10.434	(7.962)	2.472	9,9%
Móveis e utensílios	38.528	(15.032)	23.496	6,7%	36.561	(14.482)	22.079	6,7%
Outros	50.189	(302)	49.887	5,0%	11.982	(241)	11.741	5,0%
<b>Total</b>	<b>698.662</b>	<b>(359.723)</b>	<b>338.939</b>	<b>11,2%</b>	<b>637.675</b>	<b>(346.518)</b>	<b>291.157</b>	<b>11,1%</b>

**(b) Movimentação**

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		
	de 2021	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	de 2022
Terrenos	94.213	-	15	-	-	94.228
Edificações	45.498	4.657	(976)	(45)	(1.166)	47.968
Equipamentos	115.154	27.849	1.988	(781)	(23.345)	120.865
Equipamentos de transporte	2.472	175	658	(3)	(807)	2.495
Móveis e utensílios	22.079	2.646	394	(149)	(1.474)	23.496
Outros	11.741	38.341	(30)	(78)	(87)	49.887
<b>Total</b>	<b>291.157</b>	<b>73.668</b>	<b>2.049</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(26.879)</b>	<b>338.939</b>

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	de 2020	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	de 2021
Terrenos	94.213	-	-	-	-	94.213
Edificações	45.347	3.181	(1.965)	(5)	(1.060)	45.498
Equipamentos	101.016	38.807	(3.398)	(365)	(20.906)	115.154
Equipamentos de transporte	2.969	97	69	-	(663)	2.472
Móveis e utensílios	17.419	4.477	1.647	(206)	(1.258)	22.079
Outros	7.287	3.719	865	-	(130)	11.741
<b>Total</b>	<b>268.251</b>	<b>50.281</b>	<b>(2.782)</b>	<b>(576)</b>	<b>(24.017)</b>	<b>291.157</b>

**17 Empréstimos e Financiamentos****Saldo devedor de empréstimos e financiamentos**

Instituição financeira	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Não Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
<b>Em moeda nacional</b>						
Debêntures 12ª Emissão	45.450	67.681	113.131	45.450	113.049	158.499
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	25.388	-	25.388
Debêntures 17ª Emissão	144.632	-	144.632	102.252	101.982	204.234
Debêntures 18ª Emissão	49.937	45.649	95.586	48.479	92.677	141.156
Debêntures 21ª Emissão	-	-	-	174.849	-	174.849
Debêntures 22ª Emissão	199.901	326.433	526.334	200.000	508.530	708.530
Debêntures 23ª Emissão	-	864.910	864.910	-	864.776	864.776
Debêntures 24ª Emissão	-	488.478	488.478	-	461.350	461.350
Debêntures 26ª Emissão	-	1.239.645	1.239.645	-	1.168.317	1.168.317
Debêntures 27ª Emissão	299.614	698.339	997.953	-	997.433	997.433
Debêntures 28ª Emissão	-	1.197.756	1.197.756	-	1.197.395	1.197.395
Debêntures 29ª Emissão	-	1.275.295	1.275.295	-	1.230.602	1.230.602
Debêntures 30ª Emissão	-	998.110	998.110	-	-	-
Caixa Econômica Federal	99.767	1.422.145	1.521.912	98.784	1.380.170	1.478.954
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	6.736	-	6.736	13.394	6.665	20.059
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.214	23.344	30.558	7.161	30.308	37.469
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.887	15.884	20.771	4.851	20.619	25.470
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	26.949	33.617	60.566	26.751	60.089	86.840
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	154.437	656.264	810.701	117.593	617.251	734.844
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	33.807	390.127	423.934	33.558	420.685	454.243
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	6.572	16.525	23.097	6.524	22.874	29.398
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	2.164.009	2.345.358	181.349	2.344.403	2.525.752
Inter-American Development Bank - BID INVEST	37.340	853.725	891.065	34.800	890.400	925.200
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	14.100	452.085	466.185	-	-	-
International Finance Corporation - IFC	80.000	670.996	750.996	-	-	-
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	44.453	313.391	357.844	36.640	360.671	397.311
Arrendamento Mercantil (Outros)	72.109	29.265	101.374	69.306	56.663	125.969
Outros	6.241	5.867	12.108	4.790	9.274	14.064
Juros e Demais Encargos	417.878	-	417.878	239.581	-	239.581
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.933.373</b>	<b>14.249.540</b>	<b>16.182.913</b>	<b>1.471.500</b>	<b>12.956.183</b>	<b>14.427.683</b>

**Saldo devedor de empréstimos e financiamentos**

Instituição financeira	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Não Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 30.834 mil (dez/21 - US\$ 41.112 mil)	53.628	107.256	160.884	57.357	172.071	229.428
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 74.299 mil (dez/21 - US\$ 30.329 mil)	-	367.441	367.441	-	155.192	155.192
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8916 - US\$ 78.197 mil (dez/21 - US\$ 76.712 mil)	31.722	365.648	397.370	33.927	386.328	420.255
JICA 15 - Iene 8.067.010 mil (dez/21 - Iene 9.219.440 mil)	45.602	273.610	319.212	55.858	391.008	446.866
JICA 18 - Iene 7.253.120 mil (dez/21 - Iene 8.289.280 mil)	41.001	245.865	286.866	50.223	351.398	401.621
JICA 17 - Iene 3.753.048 mil (dez/21 - Iene 3.706.564 mil)	11.424	136.227	147.651	12.833	165.900	178.733
JICA 19 - Iene 26.296.011 mil (dez/21 - Iene 28.109.529 mil)	71.761	967.124	1.038.885	87.901	1.272.803	1.360.704
BID 1983AB - US\$ 7.692 mil (dez/21 - US\$ 15.385 mil)	39.962	-	39.962	42.927	42.336	85.263
Juros e Demais Encargos	17.487	-	17.487	18.091	-	18.091
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>312.587</b>	<b>2.463.171</b>	<b>2.775.758</b>	<b>359.117</b>	<b>2.937.036</b>	<b>3.296.153</b>
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.245.960</b>	<b>16.712.711</b>	<b>18.958.671</b>	<b>1.830.617</b>	<b>15.893.219</b>	<b>17.723.836</b>

Cotações de 31 de dezembro de 2022: US\$ - R\$ 5,2177; Iene - R\$ 0,03957 (em 31 de dezembro de 2021: US\$ - R\$ 5



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ª série) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e 2,25% (3ª série)	
Debêntures 28ª Emissão	Recursos próprios	2028	CDI + 1,20% (1ª série) e CDI+ 1,44% (2ª série) e 1,60% (3ª série)	
Debêntures 29ª Emissão	Recursos próprios	2036	CDI + 1,29% (1ª série) e 5,3058% (2ª série) e 5,4478% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 30ª Emissão	Recursos próprios	2029	CDI + 1,30% (1ª série) e CDI+ 1,58% (2ª série)	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2023/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST 2022	Recursos próprios	2036	CDI + 2,50%	
International Finance Corporation - IFC	Recursos próprios	2032	CDI + 2,00%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)		2027	5,20% a 15,39%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO) TJLP + 1,5% (FINEP)	

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Varição cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 30.834 mil	Governo Federal	2025	3,31% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 74.299 mil	Governo Federal	2044	1,12% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDs 7662 e 8916 - US\$ 78.197 mil	Governo Federal	2034	2,85% (*)	US\$
JICA 15 - lene 8.067.010 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 18 - lene 7.253.120 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 17 - lene 3.753.048 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	lene
JICA 19 - lene 26.296.011 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	lene
BID 1983AB - US\$ 7.692 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(\*) Taxas compostas pela SOFR + spread definido contratualmente.

(i) Cronograma de liquidação - saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029 até 2044	TOTAL
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>								
Debêntures	739.534	1.072.853	1.203.451	1.082.322	1.700.765	644.748	1.498.157	7.941.830
Caixa Econômica Federal	99.767	99.270	105.476	112.071	119.068	126.371	859.889	1.521.912
BNDES	240.602	233.867	213.586	203.726	191.168	72.322	221.092	1.376.363
BID 2202	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	1.257.264	2.345.358
BID INVEST	37.340	39.550	44.300	106.390	108.728	143.591	411.166	891.065
BID INVEST 2022	14.100	14.100	38.275	38.431	38.431	38.431	284.417	466.185
IFC	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	270.996	750.996
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	44.453	46.638	45.839	30.769	33.767	33.968	122.410	357.844
Arrendamento Mercantil (Outros)	72.109	15.580	9.248	3.972	465	-	-	101.374
Outros	6.241	2.979	2.746	142	-	-	-	12.108
Juros e Demais Encargos	417.878	-	-	-	-	-	-	417.878
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>1.933.373</b>	<b>1.786.186</b>	<b>1.924.270</b>	<b>1.839.172</b>	<b>2.453.741</b>	<b>1.320.780</b>	<b>4.925.391</b>	<b>16.182.913</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
BID	53.628	53.628	63.830	20.403	20.403	20.403	296.030	528.325
BIRD	31.722	31.722	31.722	31.722	31.722	31.722	207.038	397.370
JICA	169.788	169.787	169.787	169.787	169.787	169.787	773.891	1.792.614
BID 1983AB	39.962	-	-	-	-	-	-	39.962
Juros e Demais Encargos	17.487	-	-	-	-	-	-	17.487
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>312.587</b>	<b>255.137</b>	<b>265.339</b>	<b>221.912</b>	<b>221.912</b>	<b>221.912</b>	<b>1.276.959</b>	<b>2.775.758</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.245.960</b>	<b>2.041.323</b>	<b>2.189.609</b>	<b>2.061.084</b>	<b>2.675.653</b>	<b>1.542.692</b>	<b>6.202.350</b>	<b>18.958.671</b>

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2022
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>												
Debêntures	7.467.968	-	1.000.000	(4.320)	165.879	-	(712.966)	(563.504)	544.116	257.951	11.242	8.166.366
Caixa Econômica Federal	1.483.113	-	119.437	-	17.247	7.131	(117.041)	(100.855)	80.422	36.731	-	1.526.185
BNDES	1.392.844	-	200.000	-	7.020	3.117	(104.596)	(222.353)	67.311	37.391	259	1.380.993
BID 2202	2.589.442	-	-	-	-	-	(281.971)	(181.349)	98.574	224.899	955	2.450.550
BID INVEST	956.942	-	-	-	-	-	(108.921)	(34.800)	129.733	-	665	943.619
IFC	-	-	760.000	(9.385)	-	-	(24.978)	-	-	48.507	381	774.525
BID INVEST 2202	-	-	470.000	(3.922)	-	-	(30.698)	-	33.840	-	107	469.327
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	397.311	-	-	-	-	-	(54.390)	(39.467)	54.390	-	-	357.844
Arrendamento Mercantil (Outros)	125.969	42.182	-	-	-	-	(17.659)	(84.437)	35.319	-	-	101.374
Outros	14.094	-	3.654	-	56	2	(789)	(5.669)	748	34	-	12.130
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>14.427.683</b>	<b>42.182</b>	<b>2.553.091</b>	<b>(17.627)</b>	<b>190.202</b>	<b>10.250</b>	<b>(1.454.009)</b>	<b>(1.232.434)</b>	<b>1.044.453</b>	<b>605.513</b>	<b>13.609</b>	<b>16.182.913</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>												
BIDs	387.837	-	226.497	(6.732)	(20.355)	-	(12.581)	(56.273)	13.733	-	567	532.693
BIRD	420.881	-	39.417	(3.166)	(28.665)	61	(3.779)	(30.895)	5.525	20	363	399.762
JICA	2.401.887	-	15.546	-	(437.296)	3.243	(33.167)	(177.007)	26.597	3.102	204	1.803.109
BID 1983AB	85.548	-	-	-	(5.602)	-	(1.952)	(40.115)	1.284	614	417	40.194
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>3.296.153</b>	<b>-</b>	<b>281.460</b>	<b>(9.898)</b>	<b>(491.918)</b>	<b>3.304</b>	<b>(51.479)</b>	<b>(304.290)</b>	<b>47.139</b>	<b>3.736</b>	<b>1.551</b>	<b>2.775.758</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.723.836</b>	<b>42.182</b>	<b>2.834.551</b>	<b>(27.525)</b>	<b>(301.716)</b>	<b>13.554</b>	<b>(1.505.488)</b>	<b>(1.536.724)</b>	<b>1.091.592</b>	<b>609.249</b>	<b>15.160</b>	<b>18.958.671</b>

	31 de dezembro de 2020	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2021
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>												
Debêntures	6.756.504	-	2.450.000	(25.717)	225.106	-	(387.618)	(1.963.282)	258.114	139.563	15.298	7.467.968
Caixa Econômica Federal	1.418.832	-	156.488	-	685	-	(113.030)	(93.064)	79.966	33.236	-	1.483.113
BNDES	1.370.902	-	207.136	-	-	-	(88.084)	(186.179)	51.122	37.688	259	1.392.844
BID 2202	2.730.195	-	-	-	-	-	(97.829)	(181.349)	63.964	73.506	955	2.589.442
BID INVEST	944.513	-	-	-	-	-	(33.276)	(18.340)	63.380	-	665	956.942
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	428.743	-	-	-	-	-	(52.250)	(31.432)	52.250	-	-	397.311
Arrendamento Mercantil (Outros)	45.876	140.187	-	-	-	-	(15.782)	(76.013)	31.701	-	-	125.969
Outros	15.197	-	2.921	(32)	-	-	(718)	(3.986)	690	22	-	14.094
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>13.710.762</b>	<b>140.187</b>	<b>2.816.545</b>	<b>(25.749)</b>	<b>225.791</b>	<b>-</b>	<b>(788.587)</b>	<b>(2.553.645)</b>	<b>601.187</b>	<b>284.015</b>	<b>17.177</b>	<b>14.427.683</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>												
BIDs	317.302	-	108.728	(7.620)	22.979	-	(8.488)	(53.197)	7.936	-	197	387.837
BIRD	426.860	-	-	(3.377)	30.814	-	(2.481)	(32.965)	1.789	-	241	420.881
JICA	2.684.321	-	34.360	(76)	(108.851)	10.198	(43.184)	(216.190)	35.315	5.802	192	2.401.887
BID 1983AB	119.379	-	-	-	6.536	-	(2.705)	(40.607)	1.753	777	415	85.548
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>3.547.862</b>	<b>-</b>	<b>143.088</b>	<b>(11.073)</b>	<b>(48.522)</b>	<b>10.198</b>	<b>(56.858)</b>	<b>(342.959)</b>	<b>46.793</b>	<b>6.579</b>	<b>1.045</b>	<b>3.296.153</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.258.624</b>	<b>140.187</b>	<b>2.959.633</b>	<b>(36.822)</b>	<b>177.269</b>	<b>10.198</b>	<b>(845.445)</b>	<b>(2.896.604)</b>	<b>647.980</b>	<b>290.594</b>	<b>18.222</b>	<b>17.723.836</b>



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

## (a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2022

## Debêntures

Em 18 de março de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 1,0 bilhão referente a 30ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Os recursos provenientes da captação por meio da emissão foram destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2022 e à recomposição e reforço de caixa da Companhia.

A realização da 30ª emissão de debêntures, ocorreu da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 500.000	03/2027	CDI + 1,30% a.a.
2ª série	R\$ 500.000	03/2029	CDI + 1,58% a.a.

- Os *covenants* pactuados para a 30ª Emissões de Debêntures são:  
Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora. O não cumprimento das cláusulas de *covenants*, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias).
- O contrato possui cláusula de *cross acceleration*, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 182 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constituiu-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou a amortização final da 14ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 27,6 milhões, sendo R\$ 25,7 milhões de principal e R\$ 1,9 milhões de juros.  
No segundo trimestre de 2022, a Companhia realizou a amortização final da 21ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 185,1 milhões, sendo R\$ 175,0 milhões de principal e R\$ 10,1 milhões de juros.

## BID INVEST 2022

Em 15 de julho de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 470,0 milhões junto a Corporação Interamericana de Investimentos (BID INVEST).

Os recursos provenientes da captação por meio desse contrato serão destinados exclusivamente ao custeio de despesas do Projeto de Despoluição do Rio Tietê.

A amortização do valor do principal será semestral, em junho e dezembro, tendo início em junho de 2023 e a final em junho de 2036. O vencimento dos juros será semestral, em dezembro e junho, tendo início em dezembro de 2022 e final em junho de 2036, e a remuneração será CDI + 2,5% a.a.

- Os *covenants* pactuados para o BID INVEST 2022 são:  
Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;
- Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

## International Finance Corporation (IFC)

Em 27 de julho de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 760,0 milhões junto ao International Finance Corporation (IFC).

Os recursos provenientes da captação serão destinados a financiar:

- as despesas de capital relacionadas ao programa Novo Rio Pinheiros;
- as despesas de capital para melhorar os serviços de saneamento das regiões litorâneas de São Paulo e;
- as despesas de capital para melhorar o abastecimento de água em municípios da região litorânea de São Paulo e da periferia do município de São Paulo.

A amortização do valor do principal será semestral, em abril e outubro, tendo início em abril de 2023 e a final em abril de 2032. O vencimento dos juros será semestral, em outubro e abril, tendo início em outubro de 2022 e final em abril de 2032, e a remuneração será CDI + 2,0% a.a.

- Os *covenants* pactuados para o IFC são:  
Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;
- Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

## (b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados no ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos, vide Nota 15 (f).

## (c) Compromissos financeiros - Covenants

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2022.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas <sup>(1)</sup> / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

## (d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2022
	(em milhões de Reais (**))
Caixa Econômica Federal	1.079
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	255
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.178
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	1.259
Outros	18
<b>TOTAL</b>	<b>3.789</b>

(\*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2022 (US\$ 1,00 = R\$ 5,2177; ¥ 1,00 = R\$ 0,03957).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

## 18 Impostos e contribuições

## (a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Impostos a recuperar</b>		
Imposto de renda e contribuição social	206.517	259.902
IRRF sobre aplicações financeiras	33.283	13.041
Outros tributos federais	3.106	3.161
<b>Total</b>	<b>242.906</b>	<b>276.104</b>

## (b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>		
Cofins e Paspap	134.624	111.963
INSS	44.515	39.902
IRRF	63.361	49.468
Outros	50.961	55.797
<b>Total</b>	<b>293.461</b>	<b>257.130</b>

## 19 Impostos e contribuições diferidos

## (a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
Provisões	560.404	503.374
Obrigações previdenciárias - G1	141.606	150.577
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	46.088	47.589
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	199.363	183.963
Outros	171.798	127.092
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>1.119.259</b>	<b>1.012.595</b>
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(353.817)	(368.235)
Capitalização de custos de empréstimos	(457.669)	(404.931)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(346.650)	(353.262)
Ganho atuarial - Plano G1	(93.561)	(109.271)
Margem de construção	(43.323)	(46.079)
Custas de captação	(13.517)	(14.556)
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(1.308.537)</b>	<b>(1.296.334)</b>
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(189.278)</b>	<b>(283.739)</b>

## (b) Realização

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
a ser realizado em até 12 meses	318.965	280.373
a ser realizado depois de um ano	800.294	732.222
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>1.119.259</b>	<b>1.012.595</b>
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
a ser realizado em até 12 meses	(25.746)	(31.777)
a ser realizado depois de um ano	(1.282.791)	(1.264.557)
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(1.308.537)</b>	<b>(1.296.334)</b>
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(189.278)</b>	<b>(283.739)</b>

## (c) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Variação líquida	31 de dezembro de 2022
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	503.374	57.030	560.404
Obrigações previdenciárias - G1	150.577	(8.971)	141.606
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	47.589	(1.501)	46.088
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	183.963	15.400	199.363
Outros	127.092	44.706	171.798
<b>Total</b>	<b>1.012.595</b>	<b>106.664</b>	<b>1.119.259</b>
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(368.235)	14.418	(353.817)
Capitalização de custos de empréstimos	(404.931)	(52.738)	(457.669)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(353.262)	6.612	(346.650)
Ganho atuarial - G1	(109.271)	15.710	(93.561)
Margem de construção	(46.079)	2.756	(43.323)
Custas de captação	(14.556)	1.039	(13.517)
<b>Total</b>	<b>(1.296.334)</b>	<b>(12.203)</b>	<b>(1.308.537)</b>
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(283.739)</b>	<b>94.461</b>	<b>(189.278)</b>

	31 de dezembro de 2020	Variação líquida	31 de dezembro de 2021
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	436.445	66.929	503.374
Obrigações previdenciárias - G1	154.498	(3.921)	150.577
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	50.142	(2.553)	47.589
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	155.719	28.244	183.963
Outros	134.932	(7.840)	127.092
<b>Total</b>	<b>931.736</b>	<b>80.859</b>	<b>1.012.595</b>
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(388.675)	20.440	(368.235)
Capitalização de custos de empréstimos	(390.211)	(14.720)	(404.931)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(356.513)	3.251	(353.262)
Ganho atuarial - G1	(48.979)	(60.292)	(109.271)
Margem de construção	(48.843)	2.764	(46.079)
Custas de captação	(19.231)	4.675	(14.556)
<b>Total</b>	<b>(1.252.452)</b>	<b>(43.882)</b>	<b>(1.296.334)</b>
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(320.716)</b>	<b>36.977</b>	<b>(283.739)</b>

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	(283.739)	(320.716)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	78.751	97.269
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 22)	15.710	(60.292)
<b>Total da variação líquida</b>	<b>94.461</b>	<b>36.977</b>
<b>Saldo final</b>	<b>(189.278)</b>	<b>(283.739)</b>

## (d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro antes dos impostos	4.272.750	3.170.156
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(1.452.735)	(1.077.853)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	284.920	200.073
Diferenças permanentes		
Provisão Lei nº 4.819/1958 - G0 (i)	(26.786)	(22.640)
Doações	(16.588)	(16.723)
Outras diferenças	59.706	52.856
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.151.483)</b>	<b>(864.287)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.230.234)	(961.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	78.751	97.269
Alíquota efetiva	27%	27%

(i) Diferença permanente relativa à provisão da obrigação atuarial, vide Nota 22 (ii) e (v).

## 20 Provisões

## (a) Processos e ações que resultam em provisões

## (i) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.15. O prazo e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Provisões vinculadas	depósitos judiciais líquidos de provisões vinculadas	Provisões vinculadas	depósitos judiciais líquidos de provisões vinculadas
Ações com clientes (i)	151.023	(6.226)	144.797	168.258
Ações com fornecedores (ii)	257.080	(53)	257.027	477.854
Outras questões cíveis (iii)	99.462	(1.131)	98.331	95.601
Ações tributárias (iv)	79.532	(16.037)	63.495	57.509
Ações trabalhistas (v)	654.277	(13.979)	640.298	349.962
Ações ambientais (vi)	406.872	(36)	406.836	331.326
<b>Total</b>	<b>1.648.246</b>	<b>(37.462)</b>	<b>1.610.784</b>	<b>1.480.510</b>
Circulante	924.038	-	924.038	809.821
Não circulante	724.208	(37.462)	686.746	670.689



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### (II) Movimentação

	31 de dezembro de 2021	Provisões adicionais	Juros e atualizações monetárias	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2022
Ações com clientes (i)	168.258	12.258	21.316	(29.363)	(21.446)	151.023
Ações com fornecedores (ii)	477.854	78.481	56.934	(309.321)	(46.868)	257.080
Outras questões cíveis (iii)	95.601	22.485	13.708	(9.248)	(23.084)	99.462
Ações tributárias (iv)	57.509	18.216	7.837	(1.568)	(2.462)	79.532
Ações trabalhistas (v)	349.962	307.352	131.139	(76.884)	(57.292)	654.277
Ações ambientais (vi)	331.326	38.632	48.511	(300)	(11.297)	406.872
Subtotal	1.480.510	477.424	279.445	(426.684)	(162.449)	1.648.246
Depósitos judiciais vinculados	(32.017)	(55.546)	(4.779)	13.832	41.048	(37.462)
Total	1.448.493	421.878	274.666	(412.852)	(121.401)	1.610.784

	31 de dezembro de 2020	Provisões adicionais	Juros e atualizações monetárias	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2021
Ações com clientes (i)	160.705	32.996	29.685	(30.972)	(24.156)	168.258
Ações com fornecedores (ii)	410.734	92.135	90.788	(71.238)	(44.565)	477.854
Outras questões cíveis (iii)	86.083	15.477	12.850	(10.056)	(8.753)	95.601
Ações tributárias (iv)	59.678	8.630	8.054	(15.133)	(3.720)	57.509
Ações trabalhistas (v)	316.880	100.245	36.373	(66.220)	(37.316)	349.962
Ações ambientais (vi)	249.582	40.477	50.957	(33)	(9.657)	331.326
Subtotal	1.283.662	289.960	228.707	(193.652)	(128.167)	1.480.510
Depósitos judiciais vinculados	(31.360)	(39.586)	(11.852)	48.805	1.976	(32.017)
Total	1.252.302	250.374	216.855	(144.847)	(126.191)	1.448.493

### (b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ações com clientes (i)	200.966	173.875
Ações com fornecedores (ii)	1.147.606	1.521.935
Outras questões cíveis (iii)	1.146.048	852.735
Ações tributárias (iv)	1.869.583	1.548.781
Ações trabalhistas (v)	1.471.423	1.095.841
Ações ambientais (vi)	3.302.843	3.201.716
Total	9.138.469	8.394.883

### (c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

#### (i) Ações com clientes

Referem-se principalmente a ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas sejam iguais às de outras categorias de consumidores, às ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e às ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

#### (ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

#### (iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

#### (iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

O Município de São Paulo, por meio da Lei nº 13.476/2022, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 957.199 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 857.688), que atualmente são objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. No que se refere as atividades meio a sentença foi parcialmente procedente, sendo negado provimento ao recurso da SABESP que interpôs recurso especial com pedido de atribuição de efeito suspensivo, que não foi admitido na origem. Foi interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça. Houve recurso de apelação, cujo acórdão foi favorável à Companhia. Pendente recurso especial e extraordinário do Município. No que se refere as atividades meio, a sentença foi parcialmente procedente, sendo negado provimento ao recurso da SABESP que interpôs recurso especial com pedido de atribuição de efeito suspensivo, que não foi admitido na origem. Foi interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça. A Companhia considerou o processo como passivos contingentes.

#### (v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

#### (vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia.

Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; e c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

#### (d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, nos quais discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira é de R\$ 27.539 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, sendo registradas perdas estimadas no montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

#### (e) Processos ambientais com acordos firmados

A Companhia firmou, durante o exercício de 2022, acordos judiciais no montante de R\$ 308.134. Desse valor, R\$ 302.873 está relacionado a execução de obras e R\$ 5.261 está relacionado às compensações ambientais, esse último registrado no Passivo como outras obrigações.

#### (f) Seguro garantia

Em 25 de maio de 2022, a Companhia firmou contrato, com vigência de um ano para emissão de apólices em diversas modalidades de garantia, tendo como limite o montante de R\$ 600 milhões. Dentre as modalidades há a Garantia Judicial para uso em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais limitado ao período de até cinco anos. Em 31 de dezembro de 2022 o valor disponível para utilização do contrato vigente era de R\$ 432,2 milhões.

### 21 Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Salários e encargos sociais	70.089	58.591
Provisão para férias	254.469	226.127
Plano de saúde - Assistência médica (i)	70.136	45.915
Provisão para participação no resultado (ii)	96.227	88.376
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	6.114	5.723
Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)	1.469	1.884
Total	498.504	426.616

### (i) Plano de saúde - Assistência médica

O benefício assistencial é concedido na modalidade pós-pagamento, com a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e dos empregados. No exercício de 2022 a Companhia participou em média com 8,8% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 272.460 (no exercício de 2021 foi 8,50% totalizando R\$ 232.850).

### (ii) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento no ano subsequente.

### 22 Obrigações Previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) - G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) - Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv), sendo que somente este último está aberto para novas adesões. A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

#### Demonstrações dos planos de benefício definido

##### Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)
Valor justo dos ativos do plano	2.567.272	-	2.567.272	2.634.427	-	2.634.427
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(148.116)	(2.002.075)	(2.150.191)	(129.600)	(2.192.062)	(2.321.662)

#### Movimentação do Passivo

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido, início do exercício	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)
Custo do serviço corrente	(35.020)	-	(35.020)	(32.777)	-	(32.777)
Custo dos juros	(231.745)	(176.953)	(408.698)	(205.707)	(158.244)	(363.951)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	126.626	161.766	288.392	414.823	330.337	745.160
Benefícios pagos	188.778	205.174	393.952	172.614	185.386	358.000
Obrigação de benefício definido, final do exercício	(2.715.388)	(2.002.075)	(4.717.463)	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.634.427	-	2.634.427	2.793.927	-	2.793.927
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	221.079	-	221.079	184.687	-	184.687
Contribuições da Companhia	39.377	-	39.377	35.368	-	35.368
Contribuições dos participantes	34.000	-	34.000	30.551	-	30.551
Benefícios pagos	(188.778)	-	(188.778)	(172.614)	-	(172.614)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(172.833)	-	(172.833)	(237.492)	-	(237.492)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.567.272	-	2.567.272	2.634.427	-	2.634.427
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(148.116)	(2.002.075)	(2.150.191)	(129.600)	(2.192.062)	(2.321.662)

#### Movimentação do patrimônio líquido - Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC 33 (R1) e à IAS19, reconheceu os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	126.626	161.766	288.392	414.823	330.337	745.160
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(172.833)	-	(172.833)	(237.492)	-	(237.492)
Total dos ganhos/(perdas)	(46.207)	161.766	115.559	177.331	330.337	507.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.710	-	15.710	(60.292)	-	(60.292)
Ajuste de avaliação patrimonial	(30.497)	161.766	131.269	117.039	330.337	447.376

#### Movimentação do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Custo do serviço líquido	1.020	-	1.020	2.227	-	2.227
Custo dos juros	231.745	176.953	408.698	205.707	158.244	363.951
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(221.079)	-	(221.079)	(184.687)	-	(184.687)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(98.174)	(98.174)	-	(91.657)	(91.657)
Total dos gastos	11.686	78.779	90.465	23.247	66.587	89.834

#### Perfil de vencimento das obrigações

	31 de dezembro de 2022	
	Plano G1	Plano G0
Pagamento de benefícios esperados em 2023	213.318	190.425
Pagamento de benefícios esperados em 2024	200.740	177.004
Pagamento de benefícios esperados em 2025	192.045	167.075
Pagamento de benefícios esperados em 2026	182.039	156.583
Pagamento de benefícios esperados em 2027 ou posterior	1.927.246	1.310.988
Total	2.715.388	2.002.075
Duration	12,69	10,40

#### Premissas atuariais utilizadas

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0
Taxa de desconto real (NTN-B)	6,19% a.a.	6,15% a.a.	5,53% a.a.	5,26% a.a.
Taxa de inflação	5,31% a.a.	5,31% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	7,42% a.a.	7,42% a.a.	5,06% a.a.	5,06% a.a.
	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)
Tábua de mortalidade geral				

#### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2022, é:

Premissa	Alteração na premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido	
		G1	G0
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 215.825	Redução de R\$ 159.129
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 234.447	Aumento de R\$ 172.859
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 59.778	Aumento de R\$ 83.050
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 58.505	Redução de R\$ 79.449
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 38.898	Aumento de R\$ 894
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 40.755	Redução de R\$ 937

#### (i) Plano G1

Administrado pela SABESP, este plano de benefício definido financiado ("Plano G1"), recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESP, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de participantes ativos e inativos era 2.843 e 8.089 (em 31 de dezembro de 2021 - 2.930 e 8.109), respectivamente.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2022 foram de R\$ 39.377 e R\$ 34.000 (em 2021 - R\$ 35.368 e R\$ 30.551), respectivamente. Deste montante, no exercício de 2022, a Companhia e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial nos montantes de R\$ 31.556 e R\$ 26.168 (em 2021 - R\$ 28.829 e R\$ 23.609), respectivamente.

#### Gastos previstos para o exercício seguinte

	2023
Custo do serviço líquido	5.997
Contribuições normais e extraordinárias esperadas de participantes	(36.521)
Custo dos juros	307.777
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(294.788)
Gasto a ser reconhecido pela Companhia	(17.535)



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação.

A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e de consultores financeiros independentes:

	31 de dezembro de 2022	%	31 de dezembro de 2021	%
Total renda fixa	1.804.550	70,3	1.613.153	61,2
Total renda variável	136.582	5,3	261.665	9,9
Total investimentos estruturados	498.825	19,4	599.970	22,8
Outros	127.315	5,0	159.639	6,1
Valor justo dos ativos do plano	2.567.272	100	2.634.427	100

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
- instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:

- operações de *day-trade*;
  - venda de ações a descoberto;
  - operações de *swap* sem garantia; e
  - não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representem uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.
- Em 31 de dezembro de 2022, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.
- Em 21 de dezembro de 2022, a SABESP e a SABESPREV, de comum acordo, celebraram um Termo de Confissão de Dívida, onde a SABESP reconhece como legítimo, procedente, líquido, certo e exigível o débito referente à sua parcela de responsabilidade no equacionamento do déficit do Plano de Benefícios Básico da SABESPREV (Plano G1), sendo cedido como garantia, Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Créditos, assinado entre as partes, em 9 de fevereiro de 2023.

### (ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, os funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados na rubrica "Saldos com partes relacionadas", limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de participantes ativos e inativos era 8 e 1.750 (em 31 de dezembro de 2021 - 8 e 1.794), respectivamente.

### Despesas previstas para o exercício seguinte

	2023
Custo dos juros	225.220
Despesa a ser reconhecida	225.220

### (iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2022, este Plano de Contribuição Definida tinha 9.365 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2021 - 9.463).

As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

### (iv) VIVEST

Administrado pela VIVEST, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Em 31 de dezembro de 2022 o número de participantes era 58 (em 31 de dezembro de 2021 - 46).

### (v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Plano G1 (i)	11.686	23.247
Plano G0 (ii)	78.779	66.587
Plano Sabesprev Mais (iii)	25.371	22.406
Plano VIVEST (iv)	326	160
Subtotal	116.162	112.400
Capitalizados	(3.359)	(4.118)
Outros	5.684	5.527
Obrigações Previdenciárias (Nota 29)	118.487	113.809

### 23 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar às prefeituras decorrente dos repasses previstos nos contratos de concessão. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram de R\$ 723.242 e R\$ 469.027, respectivamente.

### 24 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	31 de dezembro de 2022	%	31 de dezembro de 2021	%
Estado de São Paulo	343.506.664	50,3	343.506.664	50,3
Outros acionistas				
No país <sup>(1)</sup>	257.339.417	37,6	234.965.971	34,4
No exterior <sup>(2)</sup>	82.663.788	12,1	105.037.234	15,3
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

(1) Em 31 de dezembro de 2022, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 31.351 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias - CPP, empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo.

(2) Ações negociadas na forma de *American Depositary Receipts* (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do *The Bank New York Mellon*, banco depositário dos ADRs da Companhia.

#### (b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.121.267	2.305.869
(-) Reserva legal - 5%	156.063	115.293
	2.965.204	2.190.576
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	741.301	547.645
Dividendo por ação	1,08455	0,80122

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 28 de abril de 2022, a distribuição de dividendos mínimos complementares no valor de R\$ 96.700, relativo ao exercício de 2021. Dessa forma, o valor de R\$ 55.631, relativo à parcela excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto social, registrado no patrimônio líquido de 2021 na rubrica "Dividendos mínimos complementares" foi transferido para o passivo circulante, e o pagamento teve início em junho de 2022.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2023, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 741.301 (em 2021 - R\$ 547.645) e dividendos mínimos complementares no montante de R\$ 130.857 (em 2021 - R\$ 96.700), perfazendo um total de R\$ 872.158 (em 2021 - R\$ 644.345), correspondentes a R\$ 1,2760 por ação ordinária (em 2021 - R\$ 0,9427), a serem referendados na Assembleia Geral em 27 de abril de 2023. O montante de R\$ 130.857 (em 2021 - R\$ 96.700) foi registrado dentro do Patrimônio Líquido na conta de "Dividendo mínimo complementar", neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 53.930 (em 2021 - R\$ 41.069).

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 53.930 (em 2021 - R\$ 41.069) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 741.725 (em 2021 - R\$ 548.006), refere-se ao valor declarado em 2022 de R\$ 741.301 (em 2021 - R\$ 547.645), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 424 declarados em exercícios anteriores (em 2021 - R\$ 361).

#### (c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

#### (d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 10.390.535 e R\$ 8.297.489, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e

II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:

- na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
- nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
- na incorporação ao capital social.

#### (e) Destinação do lucro do exercício

	2022
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	3.121.267
(-) Reserva legal - 5%	156.063
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	741.301
(-) Dividendos adicionais propostos	130.857
Reserva de investimentos	2.093.046

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 2.093.046 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

#### (f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

#### (g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Na Nota 22 consta a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2022 e 2021.

	Plano G1	Plano G0	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.114	(165.740)	46.374
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 22)	(30.497)	161.766	131.269
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181.617	(3.974)	177.643

### 25 Lucro por ação

#### Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.121.267	2.305.869
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	4,57	3,37

### 26 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento. Resultado

	2022		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	18.629.959	4.863.752	23.493.711
Deduções da receita bruta	(1.437.991)	-	(1.437.991)
Receita operacional líquida	17.191.968	4.863.752	22.055.720
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(12.689.051)	(4.754.383)	(17.443.434)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	4.502.917	109.369	4.612.286
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			8.327
Equivalência patrimonial			24.551
Resultado financeiro, líquido			(372.414)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			4.272.750
Depreciação e amortização	(2.450.849)	-	(2.450.849)

	2021		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	16.304.206	4.376.739	20.680.945
Deduções da receita bruta	(1.189.884)	-	(1.189.884)
Receita operacional líquida	15.114.322	4.376.739	19.491.061
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(11.115.383)	(4.278.337)	(15.393.720)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	3.998.939	98.402	4.097.341
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			(21.841)
Equivalência patrimonial			22.079
Resultado financeiro, líquido			(927.423)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			3.170.156
Depreciação e amortização	(2.253.322)	-	(2.253.322)

(i) Vide Nota 33 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.

(ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 14 (b).

### 27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores ("seguro D&O"), e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 20 (f)) e seguro garantia tradicional. Os seguros são contratados por meio de licitações que permitem a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes contratados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados - incêndio	2.185.827
Riscos de engenharia	2.275.490
Seguro garantia judicial e garantia tradicional (*)	600.000
Responsabilidade civil - D&O ( <i>Directors and Officers</i> )	100.000
Responsabilidade civil - obras	149.630
Responsabilidade civil - operacional	15.000
Outros	29.038
Total	5.354.985

(\*) A SABESP possui contrato que permite emitir apólices que totalizem essa Importância Segurada. Deste total, foram emitidas apólices que somam R\$ 167,8 milhões em importância segurada por meio de seguro garantia.

### 28 Receitas operacionais

#### (a) Receita de serviços de saneamento:

	2022	2021
Região Metropolitana de São Paulo	13.318.803	11.529.229
Sistemas Regionais	5.311.156	4.774.977
Total	18.629.959	16.304.206



**Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:**

	2022	2021
Receita de serviços de saneamento (i)	18.629.959	16.304.206
Receita de construção	4.863.752	4.376.739
Impostos sobre vendas	(1.363.628)	(1.121.905)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(74.363)	(67.979)
Receita líquida	<u>22.055.720</u>	<u>19.491.061</u>

(i) Inclui o montante de R\$ 92.232 referente à TRCF cobrada dos clientes em 2022 (em 2021 - R\$ 80.329), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

**29 Custos e despesas operacionais**

	2022	2021
<b>Custos operacionais</b>		
Salários, encargos e benefícios	(2.285.765)	(2.026.202)
Obrigações previdenciárias	(29.796)	(36.771)
Custos de construção (Nota 26)	(4.754.383)	(4.278.337)
Materiais gerais	(369.381)	(314.111)
Materiais de tratamento	(598.993)	(364.542)
Serviços de terceiros	(1.724.347)	(1.517.196)
Energia elétrica	(1.497.644)	(1.462.776)
Despesas gerais	(831.503)	(717.352)
Depreciação e amortização	<u>(2.259.091)</u>	<u>(2.082.755)</u>
	(14.350.903)	(12.800.042)
<b>Despesas com vendas</b>		
Salários, encargos e benefícios	(306.864)	(265.435)
Obrigações previdenciárias	(4.021)	(4.868)
Materiais gerais	(7.121)	(7.976)
Serviços de terceiros	(418.632)	(343.763)
Energia elétrica	(1.001)	(1.340)
Despesas gerais	(107.313)	(136.107)
Depreciação e amortização	<u>(67.015)</u>	<u>(66.390)</u>
	(911.967)	(825.879)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(782.057)	(643.730)
<b>Despesas administrativas</b>		
Salários, encargos e benefícios	(284.562)	(250.557)
Obrigações previdenciárias	(84.670)	(72.170)
Materiais gerais	(23.664)	(11.209)
Serviços de terceiros	(250.293)	(250.801)
Energia elétrica	(1.896)	(1.715)
Despesas gerais	(548.626)	(357.564)
Depreciação e amortização	(124.743)	(104.177)
Despesas tributárias	<u>(80.053)</u>	<u>(75.876)</u>
	(1.398.507)	(1.124.069)
<b>Custos e despesas operacionais</b>		
Salários, encargos e benefícios	(2.877.191)	(2.542.194)
Obrigações previdenciárias (Nota 22 (v))	(118.487)	(113.809)
Custos de construção (Nota 26)	(4.754.383)	(4.278.337)
Materiais gerais	(400.166)	(333.296)
Materiais de tratamento	(598.993)	(364.542)
Serviços de terceiros	(2.393.272)	(2.111.760)
Energia elétrica	(1.500.541)	(1.465.831)
Despesas gerais	(1.487.442)	(1.211.023)
Depreciação e amortização	(2.450.849)	(2.253.322)
Despesas tributárias	(80.053)	(75.876)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	<u>(782.057)</u>	<u>(643.730)</u>
	<u>(17.443.434)</u>	<u>(15.393.720)</u>

**30 Receitas e despesas financeiras**

	2022	2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(954.744)	(517.235)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(47.139)	(46.793)
Outras despesas financeiras	(364.117)	(315.013)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(190.202)	(225.791)
Outras variações monetárias	(183.966)	(172.632)
Juros e variações monetárias sobre provisões	<u>(216.098)</u>	<u>(170.831)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(1.956.266)</u>	<u>(1.448.295)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações monetárias ativas	541.516	198.907
Rendimento de aplicações financeiras	417.129	150.632
Juros ativos	195.274	145.866
Cofins e Pasep	(62.405)	(23.038)
Outras	17	41
Total de receitas financeiras	<u>1.091.531</u>	<u>472.408</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(864.735)</u>	<u>(975.887)</u>
Variações cambiais		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	491.918	48.522
Varição cambial sobre ativos	301	(36)
Outras variações cambiais	<u>102</u>	<u>(22)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>492.321</u>	<u>48.464</u>
Financeiras líquidas	<u>(372.414)</u>	<u>(927.423)</u>

**31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2022	2021
Outras receitas operacionais, líquidas	64.638	71.877
Outras despesas operacionais	<u>(56.311)</u>	<u>(93.718)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>8.327</u>	<u>(21.841)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se de receitas nas vendas de ativo imobilizado, editais, direito de energia elétrica, além de indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais, usualmente, registram baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos.

**32 Compromissos**

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2022:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.476.267	1.379.448	271.242	657.401	3.784.358
Obrigações contratuais - Investimentos	<u>3.091.768</u>	<u>3.125.523</u>	<u>1.153.532</u>	<u>172.782</u>	<u>7.543.605</u>
Total	<u>4.568.035</u>	<u>4.504.971</u>	<u>1.424.774</u>	<u>830.183</u>	<u>11.327.963</u>

**33 Informações suplementares aos fluxos de caixa**

	2022	2021
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	5.240.528	4.759.789
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	75.400	172.961
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	<u>(1.765.391)</u>	<u>(1.236.081)</u>
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	3.550.537	3.696.669
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 14 (a))	622.803	300.792
Empreiteiros a pagar	414.645	218.523
Contrato de performance	576.392	478.177
Direito de uso	42.182	140.187
Margem de construção (Nota 26)	<u>109.369</u>	<u>98.402</u>
Total	<u>1.765.391</u>	<u>1.236.081</u>

**34 Eventos subsequentes**

**• Substituição do Diretor-Presidente**

No dia 12 de janeiro de 2023 o Conselho de Administração elegeu o Sr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Companhia em substituição ao Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Junior. Adicionalmente, nos termos do §2º do Art. 8º e de acordo com o Art. 12 do Estatuto Social, Sr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar o cargo de Diretor-Presidente.

**• Eleição de novos membros da Diretoria**

No dia 30 de janeiro de 2023 em reunião realizada nesta data elegeu novos membros para compor sua Diretoria:

- (i) Sr. Bruno Magalhães D'Abadia, como Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, em substituição ao Sr. Alceu Segamarchi Junior;
- (ii) Sr. Roberval Tavares de Souza, como Diretor de Sistemas Regionais, em substituição ao Sr. Antônio Carlos Teixeira;
- (iii) Sra. Paula Alessandra Bonin Costa Violante, como Diretora Metropolitana, em substituição ao Sr. Ricardo Daruiz Borsari.

Adicionalmente, no dia 9 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração elegeu novos membros para compor a Diretoria:

- (i) Sra. Catia Cristina Teixeira Pereira, como Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, a partir de 1º de março de 2023;
- (ii) Sra. Sabrina de Menezes Correa Furstenau Sabino, como Diretora de Gestão Corporativa.

Por fim, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 30 de janeiro de 2023, a Companhia informa que o Conselho de Administração retificou a deliberação sobre a ocupação de vagas na Diretoria ocorrida naquela data, sendo que os Diretores eleitos naquela reunião passarão a responder pelas seguintes Diretorias:

- Sr. Bruno Magalhães D'Abadia, Diretoria de Sistemas Regionais
- Sr. Roberval Tavares de Souza, Diretoria Metropolitana
- Sra. Paula Alessandra Bonin Costa Violante, Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

**• Adiamento da Revisão Tarifária Extraordinária**

No dia 16 de fevereiro de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) aprovou um cronograma alterado da Revisão Tarifária Extraordinária, conforme segue:

Etapas	Data
Publicação da Nota Técnica Preliminar da Revisão Tarifária Extraordinária da SABESP	22/12/2022
Consulta Pública	22/12/2022 a 06/01/2023
Audiência Pública	05/01/2023
Publicação do Relatório Circunstanciado	06/03/2023
Publicação da Nota Técnica Final e Deliberação da Revisão Tarifária Extraordinária da SABESP	Até 08/04/2023

**DIRETORIA**

ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES	Diretor-Presidente
SABRINA DE MENEZES CORREA FURSTENAU SABINO	Diretora de Gestão Corporativa
PAULA ALESSANDRA BONIN COSTA VIOLANTE	Diretora de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA	Diretor de Sistemas Regionais
CATIA CRISTINA TEIXEIRA PEREIRA	Diretora Econômico-Financeira e Relação com Investidores
ROBERVAL TAVARES DE SOUZA	Diretor Metropolitana

**CONTADOR**

MARCELO MIYAGUI	CRC 1 SP 244.972/O-0 - Superintendente de Contabilidade
-----------------	---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR	Presidente
ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES	Conselheiro
CLAUDIA POLTO DA CUNHA	Conselheira
FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE	Conselheiro Independente*
LUISE EDUARDO ALVES DE ASSIS	Conselheiro Independente*
LEONARDO AUGUSTO DE ANDRADE BARBOSA	Conselheiro
MARCELO MUNHOZ AURICCHIO	Conselheiro Independente* indicado pelos acionistas minoritários
RONALDO COPPA	Conselheiro Independente* representante dos empregados
FRANCISCO VIDAL LUNA	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria
WILSON NEWTON DE MELLO NETO	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria

\* Esses Conselheiros atendem aos requisitos e independência estabelecidos nas regras da B3 para o novo mercado.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DECLARAÇÃO**

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes  
Diretor-Presidente  
Catia Cristina Teixeira Pereira  
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores  
Sabrina de Menezes Correa Furstenau Sabino  
Diretora de Gestão Corporativa  
Paula Alessandra Bonin Costa Violante  
Diretora de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente  
Roberval Tavares de Souza  
Diretor Metropolitana  
Bruno Magalhães D'Abadia  
Diretor de Sistemas Regionais

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DECLARAÇÃO**

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes  
Diretor-Presidente  
Catia Cristina Teixeira Pereira  
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores  
Sabrina de Menezes Correa Furstenau Sabino  
Diretora de Gestão Corporativa  
Paula Alessandra Bonin Costa Violante  
Diretora de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente  
Roberval Tavares de Souza  
Diretor Metropolitana  
Bruno Magalhães D'Abadia  
Diretor de Sistemas Regionais



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 23 de março de 2023, os Conselheiros Fiscais opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 23 de março de 2023.

EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO

FÁBIO BERNACCHI MAIA

IZADORA RODRIGUES N. SIMÕES

JOÃO HENRIQUE POIANI

MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ

### RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2022

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

#### 1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por três conselheiros de administração independentes. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC*, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2022, os Srs. Eduardo de Freitas Teixeira, Francisco Vidal Luna e Wilson Newton de Mello Neto foram eleitos membros independentes do Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo o Sr. Eduardo de Freitas Teixeira designado como Coordenador do Comitê. Em 29 de dezembro de 2022 o Sr. Eduardo de Freitas Teixeira entregou carta de renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, datada de 28 de dezembro de 2022. Na reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2023 o Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Auditoria, Francisco Vidal Luna, foi indicado para ocupar interinamente a posição de Coordenador do Comitê de Auditoria.

#### 2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 23/03/2022 a 23/03/2023, o Comitê realizou 24 reuniões formais com os diretores, superintendentes, gerentes, demais empregados, auditores internos e auditores independentes bem como eventuais convidados. Cumpre ressaltar que dessas reuniões 4 foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento da gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do Form 20-F e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e
- Avaliação e monitoramento da adequação das Transações com partes relacionadas.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Contas a Receber; (ii) evolução do fluxo de caixa (iii) trabalhos da Comissão Permanente para Avaliação de Valores Envolvidos em Contingências Ambientais; (iv) Sabesprev - Planos Previdenciários; (v) Projeto SiIS - Sistema Integrado de Informações Sabesp (Implantação do Net@ - Sistema Comercial); (vi) Segurança da informação; (vii) Sociedades de Propósito Específico - SPEs (partes relacionadas); entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

#### 3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

#### 4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal*

*Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley*.

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades relacionadas à implantação e avaliação dos controles internos por meio de apresentações das áreas responsáveis pelos controles e das constatações relatadas pelas Auditorias Interna e Independente.

#### 5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Grant Thornton com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Grant Thornton e a Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, os Auditores Independentes da Grant Thornton e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

#### 6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna, que foram considerados adequados ao desempenho de suas funções.

#### 7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange - NYSE*, as normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as respectivas informações trimestrais.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

#### 8. CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais superintendências, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Francisco Vidal Luna  
Coordenador

Wilson Newton de Mello Neto  
Membro

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

#### 1. Ativos de contrato e intangíveis - Reconhecimento do custo no período (Notas explicativas nºs 3.7, 3.9, 6.2 (b), 14 e 15)

##### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia registra como ativos intangíveis e ativos de contrato os gastos decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

As adições dos gastos realizados nestas rubricas no exercício de 2022 impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

#### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras;
- Teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação;
- Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes;
- Avaliação das transferências de ativos em construção classificados como ativo de contrato para operação (intangível);
- Recálculo e análise de taxas para os juros capitalizados e recálculo da margem de construção;
- Análise sobre a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os critérios utilizados pela Companhia para capitalizar os gastos ao ativo de contratos e intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

#### 2. Provisões para riscos ambientais (Notas explicativas nºs 3.15, 6.2 (e) e 20)

##### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, decorrentes do curso normal de suas operações, relativos a multas aplicadas pelos órgãos públicos e competentes sobre potenciais danos ambientais causados pela Companhia nos municípios onde essa opera. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento dos passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de perda nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes (passivos contingentes), tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras.

O valor dos processos ambientais classificadas como prováveis de perda e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras montava em aproximadamente R\$ 407 milhões em 31 de dezembro de 2022. O montante de passivos ambientais contingentes, portanto não sujeitos ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de aproximadamente R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2022.

Determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a estas ações judiciais requerem determinado nível de julgamento por parte da administração da Companhia para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras e, por este motivo, consideramos este assunto como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

#### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para identificar, mensurar e divulgar os valores dos processos de natureza ambiental;
- Avaliação e desafio dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos da Companhia;
- Discussões e reuniões com os consultores jurídicos internos da Companhia, para tratar dos processos, controles, procedimentos e processos de mensuração sobre os prognósticos das demandas ambientais;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relacionadas aos processos de natureza ambiental em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das provisões para riscos ambientais e divulgações correlatas estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins  
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0